

 **Texto**
para discussão

216

**Interpretações clássicas do
imperialismo**

Eduardo Barros Mariutti

Fevereiro 2013

Instituto de Economia
UNICAMP 

Interpretações clássicas do imperialismo

Eduardo Barros Mariutti

Resumo

Este artigo é um estudo preliminar que servirá de base a uma pesquisa mais ampla referente às características do “novo” imperialismo. Partindo do modo como se estabelece a relação entre imperialismo e capitalismo, o artigo discute as principais características do debate “clássico” sobre o imperialismo, situando as interpretações no contexto em que foram produzidas, mas com vistas a destacar os pontos de maior interesse para o debate contemporâneo.

Palavras-chave: Imperialismo; Marxismo.

Review

This article is a preliminary effort for the development of a larger study regarding the characteristics of the “new” imperialism. To highlight the points of greatest interest to the contemporary debate, this article discusses the main features of the “classic” debate about imperialism.

1 Introdução

Na fase de *construção e consolidação* das práticas e, sobretudo, do discurso que marcou a Guerra Fria (1947-53), a palavra “imperialismo” era empregada pelos dois blocos para acusar o “expansionismo” do oponente. Com o tempo, este termo passou a ser utilizado predominantemente pela esquerda radical, em diversas formas e sentidos, mas, em quase todos os casos, como uma crítica da política externa dos EUA e da ação das corporações multinacionais, cujo modelo e impulso principal veio das empresas estadunidenses. Mas a popularidade do termo foi diminuindo, particularmente depois de 1989, a ponto de tornar-se quase uma relíquia. A situação mudou de forma abrupta. O ataque dos guerrilheiros talibãs ao World Trade Center criou as condições para a precipitação das forças conservadoras que, até então, atuavam em segundo plano no Governo George W. Bush, reforçando e, sobretudo, explicitando a tendência ao militarismo e ao unilateralismo já em curso na sociedade americana. Tal fenômeno reabilitou o termo (novo) “imperialismo”, que passou a ser usado tanto à esquerda quanto à direita – neste caso, geralmente de forma laudatória - do espectro político.¹

(1) Cf. Vivek CHIBBER “The Return of Imperialism to Social Science” *The European Journal of Sociology*, 45:3, (2004) p. 427-9; Andrew BACEVICH *American Empire* Cambridge & Londres: Harvard U. Press, 2002 cap. 9.

O retorno desta discussão tem algumas características peculiares. Em primeiro lugar, principalmente no que diz respeito à reflexão em torno dos EUA, nem sempre se distingue com clareza *militarismo* de *imperialismo*. Embora a diferença seja sutil e de difícil discernimento, estes dois termos não devem ser tomados como sinônimos.² Um segundo problema diz respeito à relação do “novo” com o imperialismo “clássico”, isto é, aquele posto em prática na passagem do século XIX ao XX. O “novo”, por vezes, significa apenas a reedição do “velho”, em novas circunstâncias. Um argumento difícil, já que se sustenta na idéia de que nada mudou *essencialmente* entre as duas manifestações do fenômeno e, portanto, neste caso, devemos entender “novo” simplesmente como sinônimo de contemporâneo. Como uma alternativa a esta visão é possível estabelecer uma analogia entre a reflexão sobre o *Free Trade Imperialism* da Era Vitoriana e o cenário que se desenrolou após o colapso do Bretton Woods: a combinação entre Washington e Wall Street teria produzido um novo tipo de *império informal*, cuja articulação não se daria *apenas* pelo comércio e a Alta Finança como na ordem britânica, mas também pela transnacionalização da produção e uma radicalização das tentativas de reforçar as patentes e os direitos de propriedade intelectual.

(2) Não há espaço aqui para desenvolver essa tema capcioso. Mas a discussão tem alguns contornos básicos que podem ser rapidamente apresentados. Entre os especialistas em política internacional é relativamente comum identificar o militarismo à *corrida armamentista* (cf. Quincy WRIGHT *A Guerra* Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1988 p. 8-9), onde as causas principais envolvem a necessidade de redefinir o “equilíbrio de poder” em função de alguma transformação geopolítica significativa. Na tradição liberal, o militarismo tende a ser associado a um suposto “excesso” de dispêndio em armamentos e de influência do setor militar sobre o civil (o que dá lugar a calorosas polêmicas sobre a ameaça que o militarismo pode trazer à democracia (como, por exemplo, a discussão no governo Eisenhower sobre a possibilidade da política de contenção ao comunismo converter os EUA em um “*Garrison State*”), ou em como definir a fronteira entre a dimensão civil e militar nas sociedades contemporâneas) cf. Kjell SKJELSBÆK “Militarism, It’s dimensions and corollaries; an attempt at conceptual clarification” *Journal of Peace Research* Vol. 16 No. 3 (1979) p. 215-6. No pensamento marxista, contudo, embora se estabeleça alguma confusão entre os dois termos, domina a idéia de que o militarismo é *um instrumento* ou um subproduto do imperialismo. No debate clássico tal visão se consubstanciava na recorrente tese de que o militarismo era coordenado e insuflado pelos cartéis nacionais das grandes potências, com o intuito de expandir a sua influência sobre o mercado mundial. Depois da segunda Guerra Mundial, a tendência mudou. O militarismo, visto como um fenômeno predominantemente estadunidense, tinha um duplo objetivo: i) *conter e tentar* derrotar o comunismo internacional; ii) dado o declínio das potências europeias, cabia aos EUA assumir a tarefa de manter aberto o sistema internacional ao comércio e ao investimento, fato que exigia a manutenção de forças militares regulares. Harry MAGDOFF é contundente: “Com uma tarefa desta magnitude, não deve causar espanto o fato de os Estados Unidos hoje possuírem a maior máquina de guerra em tempos de paz, capaz de cobrir a maior parte do globo, em escala muito maior do que qualquer outra nação em toda a história passada. *Imperialismo necessariamente envolve o militarismo*. De fato, eles são irmãos gêmeos que se alimentaram um do outro no passado, assim como hoje.” Cf. Harry MAGDOFF “Militarism and Imperialism” *The American Economic Review* Vol. 60, No.2 (1970) p. 240. O colapso da URSS fez ressurgir a discussão sobre o propósito e as dimensões das forças armadas, que rapidamente se concentrou em um tema central: além da preservação da superioridade nuclear, qual o *tipo* de intervenção militar que os EUA precisavam priorizar. Essa discussão, alheia ao grande público, volta a ocupar uma posição central depois do 11 de Setembro de 2001. Para alguns, este evento inaugurou *um novo tipo de militarismo* (cf. Michael MANN *O Império da Incoerência* Rio de Janeiro: Record, 2006 cap. 9), para outros, como o ex-falcão Andrew BACEVICH, o atentado simplesmente *acelerou* um tipo pervertido de militarismo, essencialmente bipartidário, mas que já tinha raízes firmes na década de 1990: o fetiche em torno da guerra tecnológica *iludiu* a administração e o povo americano sobre as reais condições de projeção de poder por parte dos EUA. Cf. *The New American Militarism*. Oxford; Oxford U. Press, 2005 p. 4-7).

De qualquer modo, para tentar dar conta do problema é necessário fazer dois movimentos simultâneos: demarcar quais são os elementos comuns entre os dois fenômenos e, em um segundo momento, apontar as peculiaridades do *novo* imperialismo. O presente texto foi pensado nesta perspectiva. Trata-se aqui ainda da primeira etapa da discussão, isto é, retomar as principais interpretações sobre o imperialismo clássico nos seus próprios termos para, em um momento posterior, contrastá-las com o debate sobre o novo imperialismo. Embora a intenção básica seja retomar a discussão clássica do ponto de vista dos problemas contemporâneos, para tentar minimizar o inevitável anacronismo, a discussão será reconstituída tendo como parâmetro principal o contexto social e teórico em que foi realizada originalmente. Como se sabe, a polêmica era marcada por uma sobreposição de problemas teóricos e políticos. O triunfo da Revolução Russa e o acirramento das lutas sociais que se seguiu ao final da Primeira Guerra mundial estabeleceu o eixo central da discussão: a tensão entre o socialismo e o capitalismo. Isto conduzia as demais polêmicas, tais como, por exemplo, a relação entre Capitalismo e Guerra (ou entre imperialismo e militarismo), a disputa sobre a natureza das crises do capitalismo, que se mesclava quase integralmente à polêmica em torno das potencialidades de expansão do capitalismo (o capcioso “problema da realização da mais valia”), que tendiam a se corporificar politicamente na oposição entre a reforma e a revolução.

Os sentidos do termo Imperialismo

Embora os fenômenos associados à expressão “imperialismo”, em suas mais variadas formas e modalidades, tenham ocorrido em várias épocas da história, este termo é relativamente recente. A palavra *impérialiste* – que abriu caminho para a criação do substantivo *impérialisme* – parece ter ganhado popularidade na França por volta de 1830, com uma acepção particular e, fundamentalmente positiva: era usada para designar os partidários do “império” napoleônico. Logo em seguida o termo ganhou uma acepção crítica, pois passou a ser utilizado, antes de 1848, como uma denúncia às pretensões “cesarianas” de Luis Napoleão.³ Pouco tempo depois esta expressão conservou este mesmo sentido básico, quando passou a ser utilizada por franceses e ingleses contrários ao expansionismo francês. No entanto, no mundo anglo-saxônico, a palavra imperialismo ganhou força somente na década de 1870, em plena era vitoriana, como uma crítica à política de Disraeli,⁴ que tinha como objetivo converter as colônias inglesas – caracterizadas pelo próprio como “uma pedra atada ao nosso pescoço” – em membros autônomos de um império unificado, isto é, visava à constituição de uma “federação imperial”.⁵ Em

(3) Cf. Bernard SEMMEL *The Liberal Ideal and the Demons of Empire* Baltimore: The Johns Hopkins U. Press, 1993 p. 5-6. É importante notar que os termos imperialismo e militarismo tendiam a ser usados como sinônimos na condenação às políticas de Napoleão III, durante o Segundo Império. cf. John ERICKSON & Hans MOMMSEN “Militarism” in: Claus D. KERNIG (org.) *Marxism, Communism and Western Society: a comparative encyclopedia* Vol. 5 Herder & Herder, 1973 p. 436.

(4) Cf. Wolfgang J. MOMMSEN *Theories of Imperialism* Nova York: Random House, 1980 p. 3-4

(5) cf. Bernard SEMMEL *Imperialism and Social Reform* Londres: Allen & Unwin, 1960 p. 283 e ss.; J.A. SCHUMPETER *Imperialismo e Classes Sociais* trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1961 p. 27-35.

contrapartida, alguns políticos, escritores e ideólogos britânicos se empenharam na tarefa de tentar reabilitar este termo, esvaziando o seu conteúdo crítico e pejorativo, enfatizando o caráter civilizador da expansão inglesa e da cristalização de uma federação imperial britânica. O corolário deste movimento de valorização do imperialismo foi a criação e difusão da ideologia do “fardo do homem branco”: os britânicos - ou seus sucessores⁶ - tinham a dupla missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios em benefício do mundo.

A intensificação desta batalha ideológica e a vastidão do império britânico no final do século XIX fundamentaram a forte identificação do termo imperialismo ao “colonialismo britânico”. Esta associação era bastante nítida na imprensa europeia e, também, nos círculos acadêmicos do continente.⁷ No entanto, apesar da disputa polissêmica ser um pouco mais antiga, os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo começaram a ganhar impulso à medida que o final do século XIX se aproximava. O primeiro quartel do século XX representou a culminação deste processo: é neste período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, que formaram as matrizes de uma discussão que se prolongou por várias décadas. A proliferação destes estudos está intimamente ligada à nítida intensificação da rivalidade entre as nações qualificadas de imperialistas que marcou o período 1870-1914.

É neste contexto que o debate sobre a natureza e o significado do imperialismo começa a ganhar os seus contornos básicos. Embora muito abrangente, como já foi adiantado, a discussão que pretendemos realizar aqui tem um ponto básico de clivagem: a relação entre o capitalismo e o imperialismo. De um lado situam-se as diversas e heterogêneas interpretações que *separam* os dois fenômenos, alegando que o imperialismo é muito mais antigo do que o capitalismo e que, portanto, este jamais pode *determinar* o imperialismo. De outro, situam-se as interpretações que estabelecem um vínculo orgânico entre capitalismo e imperialismo. No primeiro caso, há duas grandes variantes: o capitalismo *modera* as tendências imperialistas ou, alternativamente, o capitalismo não é a causa do imperialismo mas, em algumas circunstâncias, pode intensificar os seus efeitos. No segundo caso, há pelo menos um ponto de convergência: o esforço da análise incide na ênfase da *especificidade* do imperialismo capitalista ou, em termos mais gerais, nas diversas formas com que a rivalidade econômica preside ou, alternativamente, se *funde* com a rivalidade política.

O livro que inaugura e populariza este debate foi, seguramente, *Imperialism: a Study*, publicado originalmente em 1902, por J. A. Hobson.⁸ Mas é necessário fazer uma ressalva: a despeito do que sugere o título da obra, o estudo do imperialismo como *fenômeno geral* não constituía o centro das

(6) A expressão, popularizada por Rudyard Kipling, foi empregada em um notório poema, publicado em 1899, onde ele clamava para que os EUA ajudassem os europeus a carregarem o “fardo” de disciplinar os selvagens.

(7) Sobre a origem e as variações do termo imperialismo na esfera pública e na academia britânica consultar: Richard KOEBNER & Helmut Dan SCHMIDT *Imperialism: the story and significance of a political word*, 1840-1960 Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1964

(8) John A. HOBSON. *Imperialism: a study* Nova York: James Pott & Company, 1902.

preocupações deste autor, que estava realmente interessado em analisar os principais problemas sócio-econômicos da Grã-Bretanha⁹ e a questão referente aos “custos” e “benefícios” do império britânico. Entretanto, a sua interpretação sobre as forças que impulsionavam a expansão imperialista foi de importância central para a discussão subsequente. A sua abordagem era bastante abrangente,¹⁰ mas o que ficou retido na discussão posterior foi o seguinte argumento: o descompasso entre o investimento capitalista “excessivo” e o baixo poder de consumo dos assalariados fazia com que as taxas de lucro declinassem na economia nacional. Este declínio tornava o investimento ultramarino muito mais atraente, pois os rendimentos eram mais elevados. Em síntese: a força motriz do imperialismo “moderno” repousava na progressiva necessidade de algumas economias exportarem capitais de forma segura. Mas a solução apontada por Hobson para solucionar este problema foi muito mais polêmica do que esta tese: aumentar o poder de consumo dos assalariados, fator que elevaria a rentabilidade dos investimentos nacionais e restringiria a necessidade de exportar capitais e de impor um controle político sobre outras regiões. Além de representar uma proposta para a política interna da Grã-Bretanha, esta explicação estava relacionada a outro grande conflito ideológico que marcava a época: a detecção da origem e das causas da pobreza e da desigualdade. Não há dúvida de que esta interpretação, posteriormente, injusta e pejorativamente qualificada como “teoria” do subconsumo, representava uma tentativa de propor uma alternativa às explicações marxistas sobre as causas da miséria e da concentração de renda.¹¹ Além do mais, Hobson sugere que o imperialismo não é intrínseco ao capitalismo, pois uma melhoria no padrão de consumo dos trabalhadores assalariados teria – hipoteticamente – força suficiente para reverter a tendência ao expansionismo externo.

O segundo grande marco nesta discussão foi a publicação de *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Este livro foi escrito por Lênin em 1916, publicado em russo pouco antes do final da primeira guerra mundial e traduzido para o francês e para o alemão na década de 1920.¹² O argumento

(9) cf. FIELDHOUSE, D.K. “Imperialism: an Historiographical Revision” *The Economic History Review*, 2nd Ser., XIV,2 (1961) p. 188-9

(10) Especialmente na parte II do livro (“The Politics of Imperialism”), Hobson mergulha nas diversas determinações “extra-econômicas” do fenômeno (os fatores “morais” e “sentimentais”, a defesa “científica” do imperialismo, etc.), além de discutir o seu impacto sobre as “raças inferiores”, onde chega a preocupar-se com a possibilidade do extermínio de sua cultura, pela imposição dos padrões europeus.

(11) Mesmo um autor pouco favorável ao marxismo reconhece este fato:“(…) este livro [*Imperialism: a Study*] foi principalmente um veículo para a divulgação da teoria do ‘subconsumo’, que ele [Hobson] acreditava ser o seu principal empreendimento intelectual, e que depois ele a expressou mais completamente em *The Evolution of the Modern Capitalism* e em outros trabalhos. Sinteticamente, a alternativa, *que era uma alternativa ao conceito marxista de mais-valia como explicação da pobreza*, via os investimentos excessivos dos capitalistas, com o concomitante subconsumo dos assalariados, a raiz dos recorrentes colapsos, da queda das taxas de juro e do permanente subemprego.” D. K. FIELDHOUSE “Imperialism: an historiographical review...” *cit.* p. 188-9 (grifo meu). Do ponto de vista da prática política, a mensagem era óbvia, pois apontava para uma possível reforma do capitalismo que garantisse uma forma de crescimento mais harmônica e, nos termos de hoje, autossustentada.

(12) A primeira edição deste livro em inglês que já vi citada até o momento data de 1926 (Nova York: International Publishers). Há outra edição, citada com certa frequência, publicada em 1947 (Moscou: Foreign Languages Publishing House).

básico deste livro controverso é diametralmente oposto ao de Hobson: para Lênin, o imperialismo não somente é intrínseco ao capitalismo, como também representa o indício principal da maturidade e do escopo mundial deste modo de produção. Apesar desta grande diferença – que, de fato, é o divisor de águas dentre as interpretações marxistas “tradicionais” das interpretações liberais do imperialismo – existem alguns pontos de convergência entre Lênin e Hobson. O mais evidente de todos é o destaque do papel das exportações de capital no funcionamento da economia internacional como um dos elementos diferenciais do “imperialismo moderno”. Há outros pontos de aproximação a menos importantes, que, no conjunto, foram suficientes para gerar críticas endereçadas simultaneamente às interpretações do imperialismo de Lênin e de Hobson.¹³ No entanto, apesar disto, como veremos, as diferenças entre estes dois autores são mais importantes do que as suas semelhanças.

Os critérios de seleção das interpretação e da organização do texto

Analisaremos aqui apenas as principais interpretações elaboradas ou publicadas no primeiro quartel do século XX que problematizam a relação entre o imperialismo e o capitalismo.¹⁴ O ponto mais controverso da classificação aqui proposta não é o marco temporal, ou então, o fato de se situar o critério fundamental para dividir os dois campos na natureza da relação entre capitalismo e imperialismo. Seguramente, o ponto mais polêmico é a designação do bloco de interpretações que *desvinculam* os dois fenômenos como “interpretações liberais do imperialismo”. Esta designação é admitidamente pouco precisa e, de certo modo, ambígua, principalmente se pensarmos não na Inglaterra, mas na Alemanha, antes da Guerra e sobretudo durante a república de Weimar. John Hobson e Norman Angell são claramente pensadores liberais. Nenhum problema aqui. Mas a Joseph Schumpeter, um pensador irrequieto e excêntrico, embora aplicável, essa designação não pode ser realizada sem algumas ressalvas. Mas, mesmo com algumas incursões em outros domínios - e uma clara herança conservadora¹⁵ - o seu pensamento se move predominantemente dentro da tradição liberal. Além disto, em 1919, em um artigo publicado produzido no calor dos acontecimentos, foi Schumpeter quem estabeleceu com mais radicalidade a *distinção* entre imperialismo e capitalismo, ao deslocar as raízes do imperialismo para eras

(13) cf. O’CONNOR, James “The meaning of economic imperialism” in: RHODES,R.I. *Imperialism and Underdevelopment* Monthly Review Press, 1970 p. 111-6.

(14) A única grande interpretação que não será contemplada diretamente é a de Karl Kautsky. Esta autor será adequadamente retratado em estudos posteriores, dada a sua influência sobre as reflexões em torno do novo imperialismo. Mas alguns pontos precisam ser apontados aqui, ainda que de forma muito sumária. Na realidade, foi ele quem pautou o debate marxista, especialmente após os seus escritos publicados entre 1914 e 15, onde reforçou seus argumentos apresentados em 1912 de que o imperialismo não era a única política viável para os grandes financistas e que, mesmo com eclosão da Guerra, ela poderia cristalizar uma aliança entre as nações imperialistas – ao estilo dos cartéis – com o objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação da burguesia. Para *evitar* este cenário, ele sugeria uma aliança entre o movimento proletário e os setores pacifistas das classes médias e da burguesia *contra* a guerra (a exemplo do que ocorrera na Rússia começo de 1917) e, é claro, contra qualquer forma de imperialismo. Uma posição bastante sensata, e não necessariamente “reformista”.

(15) Desde Tocqueville, a simbiose entre conservadorismo e liberalismo sempre se mostrou bastante frutífera, como se pode notar também em autores como Max Weber ou Keynes.

remotas, e dando a ele uma fundamentação sociológica e, na realidade, quase psicanalítica. Foi por conta destas características que ele foi aqui arrolado ao lado de Hobson e Angell.

A classificação proposta envolve apenas as interpretações “clássicas” sobre a “era do imperialismo” e que, de um modo ou de outro, tinham de levar em conta a relação entre capitalismo e imperialismo (mesmo que para se contrapor a vinculação e o sentido de causalidade estabelecida pelos marxistas). Teorias gerais exclusivamente *políticas* sobre o fenômeno, tais como, por exemplo, a teoria da fronteira turbulenta¹⁶ ou as variantes que subordinam o imperialismo ao equilíbrio de poder, ficarão de fora dessa análise, por dois motivos básicos: i) por assumirem uma determinação essencialmente *política* e ahistórica, elas não dão peso relevante, no que diz respeito à causalidade, à dimensão econômica ou ao capitalismo; ii) foram formuladas muito antes (onde o termo império e imperialismo tendiam a se confundir) ou sobretudo *depois* das interpretações clássicas. Também não incluiremos as teorias que, na prática, *subordinam* o imperialismo ao nacionalismo: no caso, o imperialismo não guarda uma relação essencial com o capitalismo, mas é apenas um *instrumento* do nacionalismo (ou, em alguns casos, uma forma extremada de nacionalismo).¹⁷ Logo, embora importantes, estas interpretações não se enquadram aos nossos objetivos, especialmente nesta fase do estudo.¹⁸

2 Interpretações liberais do Imperialismo

2.1 J. A. Hobson

A reflexão de John Hobson sobre o imperialismo “moderno” – ou “novo imperialismo” – é herdeira direta das tensões entre Cobden e Disraeli sobre o significado – ou, melhor dizendo, a *utilidade* – do Império para a economia britânica. Embora crítico feroz do império, Hobson jamais endossou a tese diametralmente oposta, isto é, de que a constituição do mercado livre geraria por si só uma distribuição de renda mais equânime e uma tendência à paz. O seu argumento central era que o Império, além de

(16) Cf. John K. GALBRAITH “The ‘Turbulent Frontier’ as a factor in British Expansion” *Comparative Studies in Society and History* II, 2 Jan (1960) p. 152; Lance E. DAVIS & Robert A. HUTTENBACK *Mammon and the pursuit of Empire: the economics of British Imperialism* Cambridge: Cambridge U. Press, 1988 p. 3-4.

(17) A este respeito, como ponto de partida, ver o balanço feito por Wolfgang MOMMSEN em *Theories of Imperialism* op. cit. p. 70-6.

(18) O recorte temporal exclui do foco principal - mas não das nossas preocupações - as interpretações que, sobretudo a partir do século XVIII, de forma pioneira, tentaram articular a economia e a política na explicação do imperialismo. Levando isto em conta, mas tendo em vista outros objetivos, Bernard Semmel, por exemplo, divide as teorias com base em critérios diferentes. Ele identifica quatro grandes tradições: 1) A dos economistas clássicos (cujas matrizes são as interpretações conflitantes de Ricardo e Malthus), onde o “imperialismo” é associado às tensões e dificuldades da sociedade industrial nascente; 2) a escola “sociológica” (sic.), isto é, que se baseia em dicotomias tais como sociedades militaristas x empreendedoras (Spencer); ou que atribuem o militarismo aos resquícios feudais (uma discussão da qual Schumpeter é o principal herdeiro); 3) a escola da “economia nacional” – cujos arquétipos são Hamilton e List – onde o alvo é a Grã-Bretanha, vista como um país agressivo, que recorre à finança, ao seu sistema comercial, a sua indústria e a marinha de guerra para impedir a autonomia dos demais países e, por fim, o marxismo, que a seu ver, sintetiza as três escolas anteriores, ao mesmo tempo em que redireciona completamente a discussão. Cf. *The Liberal Ideal...* op.cit. pp. 5-15.

ineficaz para o conjunto da economia britânica (e de qualquer outra sociedade imperialista), “envenenava” a democracia e tirava de foco os principais problemas nacionais. Em certa medida, o imperialismo ganhava força pelo não cumprimento das promessas da democracia liberal: prosperidade para todos. Como já foi adiantado, Hobson caracteriza a Grã-Bretanha na passagem do século XIX para o XX como uma sociedade marcada pela tensão entre o baixo poder de consumo dos trabalhadores e o excesso de capitais nas mãos dos capitalistas. Este descompasso gerava uma tendência ao declínio das taxas de lucro e ao aumento do subemprego e do desemprego. Formulando nestes termos o problema, Hobson encontra duas alternativas possíveis: a) elevar o poder de compra dos assalariados, transferindo a eles, mediante reformas sociais, uma parcela maior dos lucros, evitando deste modo os problemas derivados do excesso de capitais; b) deslocar o excesso de capitais e de produção para fora do país, aproveitando as regiões ainda inexploradas ou subexploradas. Este deslocamento de capitais é, *do ponto de vista dos investidores*, vantajoso por dois motivos: 1) a rentabilidade das novas regiões é mais elevada (devido sobretudo à *escassez de capital* nas economias receptoras, e a consequente abundância de recursos naturais); 2) a exportação de capitais permite a manutenção de taxas de lucro razoáveis na economia nacional, que se soma à rentabilidade das atividades no exterior. Entre estas duas alternativas, os ingleses optaram pela última, que no entender de Hobson é a menos apta, pois este padrão de investimento não resolve o que ele julga serem os principais problemas sócio-econômicos da Grã-Bretanha: este procedimento não favorece os trabalhadores ingleses, não reduz o desemprego, não elimina o subemprego, preserva a disparidade na distribuição de renda e ameaça constantemente a democracia. Deixaremos momentaneamente de lado as implicações deste raciocínio, pois, no momento é importante reter que, para Hobson, não existe um impulso *intrinsecamente capitalista* à expansão colonial ou imperialista, pois este impulso deriva principalmente de uma situação social anômala presente nas metrópoles.

O poder do setor financeiro e as conseqüências negativas do imperialismo

No período imediatamente posterior à 1870, a tensão entre as potências coloniais ganhou um novo fôlego, fator que elevou os custos com a defesa das possessões. Ao lado deste custo adicional, Hobson alega que, nas últimas décadas do século XIX, o comércio da Grã-Bretanha com as suas colônias declinou com relação ao seu comércio com o restante do mundo. Além disto, ele sugere que as novas colônias conquistadas na África e na Ásia não estavam atraindo colonizadores em número suficiente para compensar os custos de ocupação e defesa. Frente a este quadro, a questão é inevitável: se o comércio colonial estava em declínio relativo e as novas possessões não eram tão atrativas, como explicar o acirramento da rivalidade intra-européia? Hobson, ao responder esta questão, vincula a arena política à econômica: a intensificação da luta política entre as potências européias deriva principalmente do excesso de capitais, os quais tinham de ser investidos de forma *politicamente segura* no ultramar. Logo, o elemento indutor do imperialismo “moderno” é, portanto, financeiro.¹⁹ Mas Hobson sabia que os

(19) Cf. J.A. HOBSON *Imperialism...* op. cit. p. 53-9

principais defensores da expansão imperial eram mercadores, militares, grupos nacionalistas, etc. Como encaixar este fato na sua interpretação? Simples: estes não eram os verdadeiros personagens do expansionismo, mas apenas marionetes, “ferramentas do imperialismo”:

Com vistas ao papel que os fatores não econômicos do patriotismo, aventura, empresa militar, ambição política e a filantropia exercem na expansão imperial, poderia parecer que a imputação de tamanho poder aos financistas envolve adorar uma visão estreitamente econômica da história. E é verdade que a força motriz do Imperialismo não é principalmente financeira: a finança é na realidade a diretora da máquina imperial, capaz de direcionar a energia e determinar o seu papel: ela não constitui o combustível do motor, e nem é capaz de gerar diretamente o seu poder. A finança manipula as forças patrióticas dentre os políticos, soldados, filantropistas e mercadores; o entusiasmo expansionista que surge destas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; *o interesse financeiro tem as qualidades de concentração e de cálculo clarividente que são necessárias para pôr em marcha o imperialismo*. Um ambicioso homem de estado, um soldado de fronteira, um zeloso missionário, um comerciante agressivo [*pushing trader*], pode sugerir ou até mesmo iniciar um estágio da expansão imperial, pode defender perante a opinião pública patriótica a urgente necessidade de algum novo avanço [da expansão imperialista], *mas a determinante final repousa no poder financeiro*.²⁰

Esta passagem explicita bem a perspectiva delineada por Hobson. O impulso imperialista não têm nenhum vínculo orgânico com o capitalismo, pois ele deriva fundamentalmente de *interesses econômicos particulares* de um setor capitalista razoavelmente bem delimitado - o setor financeiro. Em suma: para Hobson, o impulso à conquista de novos territórios não ocorreria sem a pressão dos investidores - isto é, a *manipulação da opinião pública* - para a realização de investimentos ultramarinos “politicamente seguros”.

Após identificar a força condutora do imperialismo à elite do setor financeiro, Hobson fez uma avaliação negativa do *significado* econômico da dominação imperial para a Grã-Bretanha, que pode ser sintetizada nos seguintes pontos principais:

(1) o deslocamento dos investimentos para o exterior, embora aparentemente lucrativo, tende a perpetuar a desigualdade na distribuição de rendimentos na economia britânica, gerando sérios problemas sociais.

(20) Ibid p. 66-7. D.K. FIELDHOUSE comenta este trecho: “Desta engenhosa maneira Hobson inverteu a aparente relação entre os “imperialistas” óbvios e os investidores. Ao invés de o financista ser induzido a investir em novas possessões, com maior ou menor entusiasmo, quando o controle político foi imposto por outras razões, ele torna-se a influência essencial na direção do processo. O investimento *no longer follows the flag*: ele decide onde é mais lucrativo fixá-lo, e adverte ao governo, qualquer que seja, a seguir o conselho dos homens de ação ou de idéias em cada caso particular. Portanto, o imperialismo não pode ser interpretado como uma expressão espontânea do idealismo, do chauvinismo ou da mera energia de uma nação. *Em sua forma prática, ele é a expressão dos interesses especiais dos financistas que encontram-se nos bastidores, que decidem como os seus sonhos se tornarão realidade, e quem irá sozinho açambarcar os benefícios*.” “Imperialism: an Historiographical Revision” cit. p. 191 (Grifos meus).

(2) o comércio colonial britânico do final do século XIX consistia na parcela menos lucrativa do total de transações mercantis da Grã-Bretanha.

(3) o controle formal de colônias requer excessivos investimentos militares e gera o descontentamento das demais potências.

(4) de um ponto de vista que leve em conta a economia britânica como um todo, o custo da administração das colônias é muito superior aos rendimentos que elas podem oferecer.

(5) os grandes financistas, geralmente, utilizam o poder da autoridade imperial para satisfazer os seus próprios interesses. Isto é prejudicial tanto para as colônias quanto para a economia metropolitana.

Com base nestes elementos, a avaliação de Hobson torna-se nítida: muito custoso, pouco lucrativo para o conjunto da economia e consistindo numa perigosa fonte de conflitos internacionais, o imperialismo do final século XIX tornou-se um fardo demasiado pesado para se carregar.

Antes de concluirmos, é necessário destacar uma ambigüidade que perpassa o pensamento de Hobson. Assim como a esmagadora maioria dos britânicos que escreviam na passagem do século XIX para o XX, Hobson julgava que o imperialismo era em algum grau benéfico para as colônias, pois permitia que elas se desenvolvessem *economicamente*, como supostamente o domínio britânico sobre a Índia teria atestado. Mas daí decorriam dois problemas: como afirmamos acima, esta face virtuosa era contrabalançada pelos interesses particularistas dos investidores, o único setor social que realmente lucrava com o imperialismo e que, portanto, era capaz de moldá-lo de acordo com *seus* interesses. O segundo problema, nem sempre destacado pelos comentadores, é que o imperialismo, além da compulsão ao trabalho, impunha também padrões de comportamento muito distintos, capazes de literalmente dizimar a cultura dos dominados e, até mesmo, extinguir as populações menos suscetíveis ao contato externo. No entanto, a solução encontrada por Hobson para superar esse impasse é bastante significativa: de algum modo, um controle internacional²¹ sobre as colônias deveria ser estabelecido para que, com um pouco de paciência, as “forças econômicas normais” pudessem, naturalmente, induzir os nativos a descobrirem as virtudes do trabalho livre e a se engajarem espontaneamente nos empreendimentos disseminados pelos europeus, *sem aniquilar os traços fundamentais da sua cultura*. Assim, ao estilo de Las Casas, para Hobson, embora o trabalho coercitivo, em suas várias formas, seja um expediente moralmente condenável e economicamente ineficaz, sem a colonização, isto é, sem serem semeadas e cultivadas pelos europeus, as áreas subdesenvolvidas jamais poderiam superar esta condição. Portanto,

(21) Hobson sempre aponta para o internacionalismo como uma possibilidade. Mas, como ainda não se constituiu nenhuma Corte Arbitral, a única saída é uma espécie de política de gradual emancipação, sempre cautelosa: o auto-governo deve ser cedido aos poucos, de forma controlada e ordenada, preferencialmente no sentido do federalismo, e somente após um certo grau de desenvolvimento econômico por parte dos povos a serem libertados. Não há como desenvolver esse tema aqui, mas ele ocupa um papel fundamental no pensamento do autor. A este respeito ver John HOBSON “Socialistic Imperialism” *International Journal of Ethics* Vol. 12 No.1 (1901) e *Imperialism* op.cit. Cap. 7.

mesmo um dos principais críticos liberais do imperialismo não conseguiu se libertar *totalmente* da ideologia do “fardo do homem branco”.²²

Norman Angell

Nem sempre Norman Angell é lembrado na bibliografia sobre as interpretações do Imperialismo. Quando é contemplado, geralmente é caracterizado como uma figura sem luz própria, um mero divulgador das idéias de Hobson ou um pacifista ingênuo. Apesar do sucesso editorial que marcou a publicação de *A Grande Ilusão*, a valorização da obra de Angell é um fenômeno relativamente recente, diretamente ligado à popularização das reflexões em torno das Relações Internacionais. Em diversas passagens do referido livro, Angell antecipa a discussão que fervilhou na década de 1990 sobre a formação de uma espécie de sociedade civil mundial como um freio à potencial arbitrariedade do Estado: a crescente interação direta entre os indivíduos através das fronteiras formam diversas comunidades e grupos de interesses que, na prática, operam como uma espécie de defesa suplementar da liberdade civil, só que situada na esfera transnacional. Esta dimensão da obra de Norman Angell não será desenvolvida com profundidade aqui, pois isto nos desviaria de nossos propósitos. Faremos menção a ela somente para destacar suas implicações sobre a concepção de imperialismo subjacente ao seu pensamento.

A Grande Ilusão

Um dos pilares fundamentais da interpretação de Angell é a tese de que, *nas condições atuais*, a Guerra não é a melhor forma de promover o desenvolvimento econômico. Tal argumento só pode ser compreendido se levarmos em conta a concepção de *política* adotada pelo autor: a política é, essencialmente, a arte de criar o consenso em torno de posições divergentes, através do debate na esfera pública.²³ Logo, para Angell, o liberalismo não pode ser confundido apenas com a defesa do mercado

(22) Curiosamente, o próprio Hobson costumava alegar com veemência que os apelos ao “take-up the White-man’s burden” não passavam de uma pretenciosa justificativa para o Imperialismo. Cf. John C. WOOD “J.A. Hobson and British Imperialism” *American Journal of Economics and Sociology* vol. 42, No. 4 (1983) p. 488-9. Este mesmo autor, resume muito bem o argumento geral de Hobson: “Em resumo, Hobson acreditava que o imperialismo tinha retardado o progresso de cooperação e de ordem entre as nações. Ele obstruiu a democracia internacional mediante a sua negação em garantir o auto-governo às raças subjugadas e envenenou ‘a atmosfera democrática do país que detentor deste poder coercitivo sobre a vida e o trabalho dos povos mais fracos’. A democracia nacional estava inextricavelmente ligada à liberdade pessoal de todos os seus cidadãos, mas a liberdade limitada dos povos subjugados, causada pelo imperialismo, era inconsistente com essa liberdade pessoal. O mais ignominioso era a inconsistência do imperialismo com a democracia e a reforma social. Ele mantinha um despotismo no exterior que era irreconciliável com o governo popular interno. Para dar conta do gasto militar, ele drenava o dinheiro público que poderia ser gasto na reforma social e desviava para o exterior o ressentimento público derivado das questões domésticas.” p. 489

(23) A atuação prática de Angell sempre foi consistente com suas posições teóricas: atuou como repórter e como jornalista em diversas ocasiões, onde sempre expunha suas idéias e respondia sistematicamente às críticas dos leitores, esperando com isto reduzir o clima de belicosidade crescente na opinião pública européia. Entre 1905 e 1912 ele foi editor da edição parisiense do *Lord Northcliffe’s Daily Mail*, onde se envolveu em diversas controvérsias. A mais conhecida delas foi a respeito do significado econômico da posse da Alsácia-Lorena. Um jornalista replicou que os franceses deixaram de ganhar, só em impostos, uma renda anual de 8 milhões de libras. Angell publicou uma tréplica onde defendeu a tese que a ocupação da Alsácia-Lorena pelos alemães *não garantiu nenhuma vantagem líquida para os cidadãos da Alemanha* e, também, não trouxe efeitos negativos para o cidadão francês. Angell reproduziu este texto em *A Grande Ilusão*. Brasília & São Paulo: IOESP, Editora da UNB; IBRI. 2002. p. 33-5.

livre. Uma sociedade só é verdadeiramente liberal se possibilitar o livre acesso do cidadão às informações, o único modo de garantir que o indivíduo não seja ludibriado pelos sofistas que usam da retórica para impor seus interesses particulares como interesses gerais.²⁴ Portanto, em uma sociedade realmente liberal, basta provar com argumentos racionais que a Guerra não serve aos interesses da maioria dos indivíduos para que os apologistas do militarismo sejam derrotados nas eleições. Em suma: a luta pela Paz *deve ser travada no plano das idéias*.²⁵

Para fundamentar esta concepção, Angell abordou com cautela temas antropológicos e filosóficos complexos e, principalmente, polêmicos, tais como a questão da Natureza Humana. A base filosófica do realismo político é a crença na *imutabilidade da natureza humana* que, além de refratária à Razão, é egoísta e marcial. Em um capítulo destinado a este tema, bem ao estilo liberal, Angell combate esta idéia destacando o longo processo de contenção da violência que marcou a evolução da humanidade.²⁶ Mas esta discussão não ocupa necessariamente uma posição central no argumento básico de Angell que, com argúcia, preferiu uma saída mais pragmática para o impasse: contornar o problema. Para ele, a política não envolve a transformação de uma suposta natureza humana, mas sim a alteração dos *padrões de conduta* que, por sua vez, derivam de um *sistema de crenças produzido socialmente*. Alterar este sistema é transformar a conduta humana e, portanto, a política *pode modificar a realidade social*. Em suas próprias palavras:

Não acreditamos que seja impossível formar ou modificar as idéias dos homens – crença que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política e religiosa. A ‘opinião’ pública não é um fato exterior aos homens: são os homens que a formam, neles está radicada, e são as leituras e o aprendizado do trabalho cotidiano, os seus contatos e as suas conversas que contribuem para construí-la.²⁷

Do modo como Angell formula o problema, compreender as *causas* da corrida armamentista é a primeira tarefa para tentar evitar uma Guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Para ele, este clima de

(24) Neste aspecto, a posição de Hobson e de Angell é bastante similar: como vimos, Hobson acredita que a influência exagerada do setor financeiro na vida pública britânica explica-se principalmente pela habilidade dos financistas em manipular as forças patrióticas em seu favor. Logo, denunciar publicamente este fato é o primeiro passo para abolir o imperialismo.

(25) A melhor ilustração desta tese é a avaliação de Angell sobre o fracasso de Haia: “As conferências de Haia foram uma tentativa não de buscar a reforma das idéias, mas de modificar com métodos simplesmente mecânicos o maquinismo político da Europa, *sem levar em conta as idéias que lhe serviam de origem e sustentação*.” *Ibid* p. 291 (grifo meu)

(26) Na verdade, nesta questão em particular, Angell enfatiza o caráter emancipatório do pensamento liberal: a natureza humana não pode ser concebida como algo que limita o desenvolvimento da Razão. Ela também não é imutável. Há uma tendência à redução da inclinação humana à violência porque “estamos destinados por uma autêntica ‘lei primordial’ a ganhar o pão com o suor do seu rosto,” [a maçã!!] “e por isto a natureza humana escolhe e desenvolve as qualidades que melhor se ajustam às suas exigências fundamentais.” *Ibid* p. 183. Logo, a “lei primordial” *pressiona o homem a ser mais produtivo, e isto envolve a eliminação da guerra pelo trabalho rotineiro e “racional”*.

(27) *Ibid* p. 285. Esta passagem é importante em outro sentido: Angell, diferentemente do liberalismo vulgar tão em voga, *não parte de uma separação radical entre indivíduo e sociedade*. A individualidade é construída no cotidiano, em diversas interações (nos mecanismos de sociabilidade, diria o sociólogo) que reproduzem a sociedade mas, ao mesmo tempo, possibilitam a sua transformação.

conflitividade é baseado em uma *percepção equivocada* – uma ilusão²⁸ - das características singulares era contemporânea, nutrida por idéias arcaicas que não são mais compatíveis com o estágio atual da civilização. Basicamente, o militarismo se fundamenta na crença “universal” de que o desenvolvimento econômico ocorre em função do poder político.²⁹ Houve um período onde este raciocínio era compatível com a realidade: a era da formação das monarquias absolutistas.³⁰ Como as unidades políticas estavam se formando em um clima de rivalidade intenso, sem nenhuma salvaguarda ao comércio internacional, o objetivo prioritário dos Estados era a *autarquia*. Neste cenário, depender de recursos situados fora de suas fronteiras era um claro sinal de fraqueza, que tinha de ser compensado através do expansionismo territorial. Logo, como *não havia nenhuma outra alternativa segura para obter recursos no exterior*, a guerra e o expansionismo territorial eram a norma da política internacional. Mas, lentamente, estas condições foram sendo transformadas com a *racionalização das idéias* e seu desdobramento mais visível: o progressivo desenvolvimento do comércio mundial, uma forma pacífica e relativamente barata de acesso *indireto* aos recursos situados fora das fronteiras políticas do Estado. O corolário destas transformações ocorreu no século XIX, quando as finanças articularam praticamente todas as nações em torno do sistema de crédito, o qual tornou-se a base da prosperidade econômica. Assim, além dos seus custos diretos (morte e destruição de propriedades), as guerras *interrompem as linhas de crédito* e, deste modo, reduzem a riqueza global, fato que compromete a economia *de todos os países*, cujos efeitos recaem sobre os ombros de seus cidadãos.

É a crença “irracional” de que o progresso econômico está ligado ao *controle direto de recursos* que alimenta o militarismo e gera uma paranóia generalizada: os Estados se preparam continuamente para a guerra, sobretudo por temerem que seus vizinhos possuem intenções hostis. Logo, unilateralmente, cada estado legitima a expansão do seu próprio poderio militar como uma resposta ao mesmo comportamento – ou expectativa de comportamento – dos seus rivais. Assim, a corrida armamentista gera um mecanismo de retroalimentação que a torna hiperbólica e, portanto, qualquer agressão pode detonar um conflito generalizado. Mas, como vimos, para Angell, esta doutrina é totalmente

(28) Esta idéia já havia sido anunciada pelo autor em 1909 em um texto curto, intitulado *Europe's Optical Illusion*, livreto que serviu de base à redação de *A Grande Ilusão*. O título original traduz com mais precisão a idéia básica de Angell.

(29) Poder político entendido sobretudo como *controle direto sobre recursos estratégicos*: população, território e recursos naturais.

(30) Na verdade, Angell não é muito preciso sobre os marcos temporais que utiliza. Ele destaca um gradual abrandamento da violência humana, que é refreada pela “ação das forças que presidem o desenvolvimento mecânico e social” (a misteriosa “lei primordial” que a pouco fizemos referência). O ponto de partida é a barbárie. “Vimos o homem ascender do período da luta brutal com os animais, da luta cruel pelos alimentos e pelas fêmeas; da fase em que devorava os seus próprios filhos, e em que os filhos disputavam com o pai a posse das suas mulheres. Vimos esse caos incoerente de conflitos animais ser substituído, pelo menos em parte, pelo trabalho estável e ordenado; e, de outra parte, subsistindo sob a forma da guerra mais organizada e metódica da pilhagem organizada, como entre os vikings e os hunos. Vimos que depois esses mesmos predadores abandonaram a sua predação em favor do trabalho mais regular, e pelos combates regulamentados do regime feudal. Vimos mais tarde o conflito feudal substituído pelas disputas das dinastias, religiões e territórios, e esses conflitos por fim também abandonados, substituindo unicamente as lutas entre Estados, com o próprio conceito e caráter do Estado passando por uma modificação radical e profunda”. *Ibid* p. 168

extemporânea e, portanto, falsa: hoje as fronteiras econômicas e políticas de um Estado não são e não precisam ser coincidentes. A simples existência de um mercado mundial tornou obsoleta a orientação autárquica, já que o comércio permite que um Estado use os recursos excedentes dos demais. Um produto só pode ser ofertado no mercado internacional porque seu produtor já conseguiu satisfazer grande parte da demanda nacional. Logo, de acordo com Angell, a própria existência de um significativo mercado mundial atesta o anacronismo da doutrina militarista.

Mas as guerras não ocorreram no passado apenas por causas estritamente econômicas: elas ocorreram também por diferenças políticas ou morais supostamente irreconciliáveis. No entanto, estas guerras surgiram no momento em que os Estados estavam se formando: além do esforço de criar uma economia de base nacional, os Estados nascentes tentaram criar fronteiras ideológicas que coincidissem com suas respectivas jurisdições. Hoje este cenário não existem mais: do mesmo modo que a economia, as fronteiras políticas *também não correspondem mais às divisões ideológicas*: logo, a guerra entre os Estados *não pode substituir o conflito de interesses entre grupos de cidadãos distintos*:

Hoje, a luta pelos ideais não pode mais assumir a forma de luta entre as nações, porque as linhas divisórias de ordem moral se dilatam dentro de cada país, ultrapassando as suas fronteiras políticas. Nenhum Estado moderno é completamente católico ou protestante, liberal ou autocrático, aristocrático ou democrático, socialista ou individualista. As lutas morais e espirituais do mundo moderno são travejadas entre os cidadãos de um mesmo Estado, em cooperação com os grupos respectivos existentes em outros Estados – não entre os poderes públicos de Estados rivais.³¹

Logo, nas condições atuais, há uma rede de comunicação direta entre os grupos de cidadãos de Estados diferentes que acentua a porosidade das fronteiras políticas e situa as questões de conflito no cenário transnacional. Por fim, o poder militar é fútil *pois não gera a prosperidade para o indivíduo e para o povo conquistador como um todo*. A riqueza de um indivíduo *não aumenta* necessariamente se seu Estado expande o território. Se ele puder escolher e estiver bem informado (isto é, *se ele decidir realmente em função de seus interesses pessoais e não sob influência dos interesses dos outros*), irá evitar as posturas imperialistas.³²

As Colônias e a Rentabilidade Econômica

Como Hobson, Angell conclui que *hoje* as colônias não são uma atividade econômica eficaz. No entanto, nem sempre foi assim:

(31) *ibid* p. 55

(32) É exatamente este aspecto do raciocínio de Angell que despertou o interesse contemporâneo entre os entusiastas das Relações Internacionais. Quando Angell escreveu não havia uma clara distinção entre o que denominamos por *relações interestatais* e *transnacionais*. Se usarmos estes conceitos, o argumento básico de Angell fica mais claro e mais atual. Basicamente ele afirma que *a expansão das relações transnacionais* – particularmente as relações diretas entre grupos de indivíduos com interesses convergentes – limita a atuação do Estado e, deste modo, impõe limites crescentes ao escopo das relações interestatais. Como a guerra, de um ponto de vista racional, *não é do interesse do indivíduo* e da maioria da sociedade, o adensamento da esfera transacional disciplina a atuação dos Estados e limita a violência.

Qual era o problema peculiar enfrentado pelo comerciante aventureiro do século XVI? Ele se encontrava em terras estranhas, recém-descobertas, com abundância de pedras e metais preciosos, frutos e árvores, habitadas por povos selvagens ou semi-selvagens. Se outros comerciantes adquiriam as pedras, está claro que isso não se devia à sorte. Por isso a sua política colonial deveria visar dois objetos: em primeiro lugar, a ocupação eficaz do país, para manter o seu domínio sobre os aborígenes e para explorar sem reservas o território; em segundo lugar, a exclusão de qualquer outra nação cujos cidadãos pudessem adquirir as pedras, os metais e as madeiras encontrados localmente, privando a metrópole do benefício representado por esses produtos.³³

Logo, nas condições iniciais, não havia outra alternativa à dominação política baseada na espada. No entanto, com a criação de um comunidade estável com raízes no solo, *a realidade mudou completamente*:

As colônias começaram a ter importância para a metrópole como mercados e fontes de matérias primas e alimentos; e, para que se desenvolvessem plenamente nessa direção, precisavam converter-se em entidades mais ou menos autônomas, só suscetíveis de exploração pelo país colonizador nos mesmos termos em que este poderia ‘explorar’ qualquer outra comunidade com que se relacionasse.³⁴

Assim, por causa do desenvolvimento das colônias, *a preservação da dominação política perdeu qualquer fundamento econômico real* e só se explica pela paixão – o patriotismo.³⁵

Para ilustrar este raciocínio, Angell argumenta que o eventual esfacelamento do Império Britânico *não traria nenhuma grande consequência econômica* para os ingleses. Na verdade, tal evento seria até vantajoso para a Grã-Bretanha, pois o país ficaria livre dos custos com a defesa do império e, portanto, os impostos poderiam ser reduzidos.³⁶ Apesar de suas críticas ao nacionalismo, nas entrelinhas, Angell afirma que os alemães e todos os novos Estados aventureiros deveriam observar a história do colonialismo britânico para concluir que não é possível lucrar com a dominação colonial. O dirigismo político e a imposição de relações econômicas assimétricas produz, de forma inevitável, a ruptura dos laços coloniais, pois engendra os movimentos emancipacionistas. Esta é a lição que se pode tirar da “desastrosa” administração colonial portuguesa, espanhola e francesa. Os ingleses seguiam na mesma direção, mas aprenderam uma importante lição após a emancipação dos EUA: a única forma de manter um Império colonial é através do afrouxamento da dominação política e da concessão da liberdade econômica, fato que, na prática, não produz um império, mas uma espécie de *confederação de estados*

(33) *ibid* p. 82

(34) *id;ibid*

(35) Para Angell, o patriotismo é essencialmente *irracional* e exerce hoje uma função análoga ao que o fervor religioso exercia nos séculos XVI e XVII: uma empecilho à *racionalização das idéias* e, portanto, um dos estímulos à belicosidade humana *cf. ibid* p. 286-7.

(36) *cf. ibid* p. 83-4. Na verdade, Norman Angell nega a existência do neocolonialismo: “Na verdade, as colônias britânicas são nações independentes, aliadas à metrópole inglesa, e não constituem de nenhum modo uma fonte de tributos ou rendimentos econômicos (exceto na medida em que qualquer país estrangeiro possa sê-lo), pois as respectivas relações econômicas estão sujeitas não a critérios impostos por Londres, mas pelas próprias colônias.” p. 83.

soberanos. Se nem os experientes ingleses conseguiram lucrar com as colônias, como se poderia esperar tal fato de nações menos experientes?³⁷

Ironicamente, a despeito de toda a condenação ao nacionalismo, Angell termina reafirmando a ideologia do fardo do homem branco com um adendo: o paladino da razão, além de branco, é britânico:

Os ingleses podemos com justiça orgulhar-nos com o fato de que a Inglaterra sempre esteve na vanguarda das idéias políticas, isto é, da sua aplicação prática. O próprio Império Britânico, um simples conglomerado de Estados independentes, mostra-nos uma imagem antecipada da relação mútua dos Estados europeus no futuro [!!]. Se cinco países renunciaram, como vemos hoje, ao emprego da força nas suas relações recíprocas, logrando manter o equilíbrio e a harmonia sem a intervenção da violência, por que cinquenta países do *mesmo tipo de civilização* não conseguiriam o mesmo?³⁸

A Inglaterra aprendeu, na prática, que a força não é a melhor forma de relacionar-se com suas colônias. Logo,

quando o mundo tiver aprendido a lição verdadeira que se pode extrair do desenvolvimento do Império Britânico, não só este alcançará um grau de segurança maior do que aquele que poderia trazer-lhe a sua esquadra como terá desempenhado um papel incomparavelmente mais elevado e mais útil do que o da supremacia militar, que provoca delírios nos imperialistas de certo tipo e que não passaria de uma nova versão, fútil e ineficaz, do projeto napoleônico.³⁹

Portanto, a solução para os problemas da política internacional encontram-se na gloriosa história da Grã-Bretanha. Resta apenas *refletir de forma metódica sobre esta experiência e transmiti-la para o mundo*.⁴⁰

Devemos ao pensamento inglês a ciência da economia política. O pensamento e a prática da Inglaterra precisarão dar-nos uma outra ciência, a política internacional – a ciência das relações política entre os seres humanos. Já conhecemos os princípios gerais desta ciência, mas ela ainda não se cristalizou em um sistema assimilável pelos que estão *destinados* a dar-lhe seu desenvolvimento completo. Desenvolver essa obra, e preparar a sua expressão definitiva, seria tarefa digna da raça inglesa, que tanto contribuiu para o progresso da humanidade com o seu gênio e seu espírito positivo.⁴¹

(37) cf.p.84-5

(38) *ibid* p. 299 (grifo meu).

(39) *Ibid* p. 300

(40) Esta é, exatamente, a missão dos ingleses: “E como estes princípios de cooperação entre os homens são, neste sentido muito especial, criação e produto da Grã-Bretanha, a esta cabe a responsabilidade de colocar-se à sua frente. Se essa iniciativa não for tomada pelos ingleses, de quem poderíamos esperá-la, tratando-se de princípios nascidos por assim dizer de seu seio? *Se a Inglaterra não tiver fé nos seus princípios, quem poderá ter?*” *ibid* (grifo meu)

(41) *ibid* p. 300-1

Em suma: Europa deve levar aos bárbaros a civilização e os ingleses, de forma pragmática e desinteressada,⁴² devem continuar liderando a Europa. Esta idéia não seria tão hilária se tivesse surgido em pleno auge da era vitoriana, e não na fase inicial da decadência do “império” britânico. Mas, mesmo com estes deslizes, a interpretação de Norman Angell é representativa das formas mais progressistas do pensamento liberal.

2.2 Schumpeter

Existem diversas leituras de Schumpeter. Sua versatilidade, erudição, a amplitude de seus interesses e ocupações e, principalmente, o seu pendor à polêmica, favorecem isto. Dentre os economistas, porém, é cada vez mais comum a esterilização de seu vivo e dinâmico pensamento em torno de uma suposta “teoria” da inovação, cuja ênfase quase absoluta recai na dimensão tecnológica (embora não se confine neste domínio) e o seu impacto nas transformações da concorrência entre as empresas.⁴³ Mas as preocupações fundamentais de Schumpeter transcendiam a dimensão da economia (mesmo que concebida de forma “heterodoxa”, como preferem se auto referirem os economistas mais envergonhados com sua disciplina). Isso é nítido não só na sua discussão sobre os fundamentos e as práticas do imperialismo, como também em *A Teoria do Desenvolvimento Econômico e Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Nesta última obra e na reflexão sobre o imperialismo fica evidente a sua *tensão* com o marxismo, que deixou uma marca indelével em toda a sua trajetória acadêmica. Um esclarecimento deve ser feito. Como nossa preocupação central é sua interpretação do imperialismo – e como ela se diferencia das explicações marxistas – não será necessário aqui revisitar os importantes debates se há ou não uma *unidade* no pensamento deste autor.

Para combater a vinculação entre capitalismo e imperialismo, Schumpeter recorre a uma longa análise comparada sobre os diversos fenômenos imperialistas – classificados *em tipos* - que remontam à

(42) “Penso que, se a questão fosse apresentada como deve ser, contando com o apoio desse tipo de organização, sensata, prática e desinteressada, que tanto contribuiu para o êxito de propagandas anteriores – como na ocasião em que o trabalho de dois ou três ingleses deu o golpe de misericórdia na escravidão -, não só esses esforços encontrariam no público o eco mais profundo, como uma vez mais teríamos a satisfação de ver a tradição inglesa à frente de um dos movimentos morais e intelectuais de maior consonância com a sua iniciativa em campos tais como o da liberdade humana e o do governo parlamentarista.” *Ibid* p. 300-1

(43) Há um intenso debate em torno destas questões. Para algumas correntes, a obra de Schumpeter permite construir uma abordagem fundamentalmente distinta da economia neoclássica (principalmente pela sua insistência de que o capitalismo baseia-se em *sucessivas mudanças* e não pode, portanto, ser apreendido em termos estáticos ou em formalismos, tal como a “teoria” da concorrência neoclássica). Para outros, mais conservadores, Schumpeter é visto como um antídoto poderoso às políticas opressivas derivadas da abordagem keynesiana. Algumas correntes da dita “economia evolucionária” também tendem a reconhecer a importância de Schumpeter, na medida em que a sua concepção sobre a natureza e os efeitos da inovação *em todos os níveis da economia* é essencialmente dinâmica, marcada pela *irreversibilidade* e, portanto, orientada por uma temporalidade “histórica”. Por este mesmo motivo, os adeptos da teoria da complexidade tendem também a enxergar em Schumpeter um dos precursores. Em muitos casos, a “teoria da inovação” é simplesmente introjetada no arcabouço da economia neoclássica, no intuito de tentar dar uma aparência de movimento. Neste caso, quanto mais esta tendência avança, é cada vez menos necessário ler Schumpeter para seguir a argumentação. Na verdade, até atrapalha.

Antiguidade.⁴⁴ Em meio a multiplicidade de particularidades, Schumpeter tenta identificar o elemento comum, capaz de dar *alguma unidade* aos fenômenos:

Nosso método de investigação é simples: propomos-nos a analisar o nascimento e a vida do imperialismo por meio de exemplos históricos que considero típicos. Um traço comum surge em cada caso, fazendo com que o problema sociológico do imperialismo seja um único, em todas as épocas, embora com diferenças substanciais entre os casos individuais. Daí o plural ‘imperialismos’ no título.⁴⁵

Isto lhe permite *desvincular* imperialismo de capitalismo: se os fenômenos imperialistas são tão remotos, mas possuem um elemento comum, o capitalismo não pode, de forma alguma, ser a *causa* do imperialismo.

Isto de saída já o dissocia das interpretações marxistas. Porém, ao sugerir uma noção de determinação bastante diferente, ele vai mais longe. A raiz da diferença se situa na explicação do *impulso* ao imperialismo e, em segundo grau, na sua explicação sobre o mecanismo de formação de interesses, e o modo como estes se liga (ou não) às motivações mais fundamentais que determinam a manifestação concreta do fenômeno. Porém, a diferença fundamental com o materialismo histórico, e o que dá singularidade à interpretação de Schumpeter, está na explicação sobre as motivações mais profundas – de fundo irracional⁴⁶ – do imperialismo. E, aqui, desaparece completamente o Schumpeter economista. Mas, antes de mais nada, é fundamental atentarmos para o modo como ele *define* o imperialismo:

E a História nos mostra, na verdade, nações e classes – e maioria das nações proporciona, numa época ou noutra, um exemplo disso - que procuram expandir-se pelo amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la, por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento. Independente de toda finalidade concreta ou ocasião, *ela representa um disposição permanente, aproveitando-se de todas as oportunidades*. Ela se evidencia através de todos os argumentos levantados para justificar os objetivos momentâneos. Valoriza a conquista não tanto pelas vantagens imediatas – frequentemente duvidosas, ou desperdiçadas com a mesma frequência - como pelo fato de *ser* conquista, êxito, ação.”

44 cf. SCHUMPETER, J.A. *Imperialismo e Classes Sociais* op. cit. p.44-85. Estamos nos baseando na parte I: “Sociologia dos Imperialismos” (p. 22-124), que corresponde à reedição de um artigo publicado originalmente em 1919 (“Zur Soziologie der Imperialismen” *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* Vol.46 (p.1-39,275-310).

45 *Op. cit.* p. 27. Ver também a página 44-5.

46 Podemos encontrar esta idéia em vários momentos da obra de Schumpeter. Comentando as justificações para os seus próprios atos dos contemporâneos (no caso, a legitimação religiosa para as guerras de extermínio dos Assírios, cristalizada no passado remoto e *em sintonia com os hábitos de raciocínio e a “reação” emocional do povo assírio* (seu “*espírito*”, em suas palavras), ele pondera: “É também evidente que motivos conscientes – não importa se de caráter religioso, como no caso concreto – raramente são os *verdadeiros* motivos, no sentido de estarem livres de ideologias falsas, nem são nunca os únicos motivos. A motivação humana é sempre infinitamente complexa, e nunca temos consciência de todos os seus elementos” *ibid* p. 54.

(...) “Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto”(...). “Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. *É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força.*”⁴⁷

Trata-se de uma definição pouco convencional. A partir daqui, tentarei explicitar os fundamentos em que ela repousa.

De acordo com Schumpeter, a raiz mais fundamental do imperialismo é o momento e o *modo* como se configura uma organização social mais perene voltada para a guerra. Há duas situações. No caso mais brando, o ponto de partida é uma organização mais pacífica que, ao ser exposta a uma situação extrema, faz brotar em seu interior uma organização militar, que configura e generaliza a predisposição à guerra. Entretanto, somente a duração excessiva destas condições seria capaz de cristalizar nestes povos uma predisposição ao imperialismo: o desenvolvimento e enraizamento do aparato marcial que, mesmo depois do desaparecimento das necessidades que o geraram, fica latente. Por outro lado, há povos onde a próprio “ponto de partida”⁴⁸ - a sociabilidade fundamental - é a guerra, isto é, tratam-se de “nações guerreiras” típicas, *muito mais suscetíveis ao imperialismo*, pois a estrutura social se orienta em torno da *função militar* (todas as classes *politicamente importantes* consideram a guerra como a principal profissão⁴⁹), fato que gera um *modo de vida* com disposições psicológicas e “formas orgânicas cristalizadas” que são predispostas ao expansionismo ilimitado.⁵⁰ Portanto, em todos os casos, o imperialismo só é possível muito tempo *depois* que a organização social cria uma máquina de guerra que, uma vez incrustada na sociedade, passa a tender à expansão como um fim em si.⁵¹

(47) *Ibid* p. 25-6 Grifos meus

(48) Isto coloca, de saída, um problema teórico importante, muito debatido entre historiadores e etnólogos: que critérios podemos utilizar para definir qual é o ponto em que uma sociedade “se forma”, isto é, nos termos da discussão empreendida pelo autor, imprime a sua marca no inconsciente e nos hábitos do seu povo? Schumpeter não oferece nenhum indício de que critérios ele usa. Sequer cita as fontes de seus julgamentos sobre a “pré-história” e História *dos povos* que analisa. E esta é outra distinção cujo critério também não é claro. Hora a “História” parece começar com a sedentarização (é o critério que domina, mas nem sempre: ele se refere a História de *povos nômades*), ora o critério é a formação de uma estrutura política mais clara, que desloca a organização em tribal ou em clãs.

(49) “O ponto crucial é que numa nação guerreira a guerra não é nunca considerada uma emergência que interfira na vida privada, mas ao contrário, essa vida e vocação só se realizam plenamente na guerra. Numa nação guerreira, a comunidade social é uma comunidade guerreira. Os indivíduos não são nunca absorvidos pela esfera particular. Há sempre excesso de energia que encontra a sua complementação natural na guerra. O desejo de guerra e de expansão violenta surge diretamente do povo” *ibid* p. 47.

(50) Cf. *ibid* p. 48.

(51) Tendo como foco o “imperialismo egípcio” no século VII (que não era, em seu julgamento, uma nação guerreira na origem), Schumpeter comenta: “Essa nova organização política e social” [a centralização do império com base em soldados profissionais, com apoio da cavalaria, que substituíram as milícias camponesas anteriores] “era essencialmente uma máquina de guerra, criada por instintos e interesses bélicos. Só na guerra encontrava ela a sua realização e só através dela podia manter a sua posição interna.” (...) “*Criada pelas guerras que a tornaram necessária, a máquina passou a criar as guerras que lhe eram necessárias.* O desejo de conquista sem limites tangíveis, da captura de posições que eram manifestamente insustentáveis – tal o imperialismo típico.” *Ibid* p. 46

O trecho abaixo sintetiza o que há de essencial em seu argumento:

Nossa análise das evidências históricas mostrou, em primeiro lugar, o fato indiscutível de que as tendências ‘sem objetivo’ da expansão pela força, sem limites definidos e utilitários – ou seja, a inclinação puramente instintiva para a guerra e a conquista – desempenham um papel muito grande na história da humanidade.” (...)”Nossa análise proporciona, em segundo lugar, uma explicação para essa necessidade de agir, esse desejo de guerra – teoria de forma alguma esgotada pelas meras referências à ‘necessidade’ ou ao ‘instinto’. A explicação está, ao invés disso, nas necessidades vitais de situações que levaram povos e classes a serem guerreiros – para evitar a sua extinção – e no fato de que disposições psicológicas e estruturas sociais formadas, em situações semelhantes, num passado remoto, uma vez estabelecidas firmemente tendem a se manter e a continuar em efeito muito tempo depois de terem perdido o seu sentido e sua função de preservadoras da vida. Em terceiro lugar, nossa análise mostrou a existência de fatores subsidiários que facilitam a sobrevivência de tais disposições e estruturas – fatores que podem ser divididos em dois grupos. A orientação para a guerra é estimulada principalmente pelos interesses internos das classes dominantes, mas também pela influência de todos os que tem a ganhar, individualmente, com uma política beligerante, seja economicamente, seja socialmente.⁵²

Portanto, a chave para a interpretação do fenômeno está no enraizamento da predisposição à expansão violenta ilimitada e, em menor grau, na sua relação com o mecanismo de formação e implementação dos interesses. Uma guerra violenta contra uma *ameaça concreta* (mesmo que o conflito seja justificado por outros motivos) não é imperialismo.⁵³ O elemento fundamental é, portanto, a cristalização no âmago da sociedade – no espírito do povo – de uma *mentalidade* imperialista,⁵⁴ que tenderá a se manifestar sempre que esta predisposição se combine com causas permissivas.

(52) Ibid P. 85-6.

(53) Cf. ibid p. 23-4. De forma direta” Quando o Estado defende um interesse próprio, mesmo que o faça com brutalidade e vigor, ninguém dá a isso o nome de imperialismo, desde que ele abandone a atitude agressiva tão logo tenha atingido os seus objetivos” (p. 25). A esse respeito, ver a sua hesitação em caracterizar como imperialista as posturas de Roma e de Alexandre, o Grande (p. 70-1).

(54) Refletindo sobre a tendência à escalada dos conflitos militares entre os Persas e seus vizinhos: “Encontravam-se sempre pretextos para a guerra. Não há situação em que tais pretextos faltem inteiramente. O que importa, no caso, é que eles não se entrosam nos elos que formam a cadeia de explicação dos acontecimentos históricos – a menos que se considera a História como um relato dos caprichos dos grandes Senhores. É precisamente este o ponto em discussão – porque para certos povos qualquer pretexto servia à guerra, porque a guerra era para eles a *prima*, e não a *ultima ratio*, a atividade mais natural do mundo. É essa a questão da natureza da mentalidade imperialista, e constitui o nosso problema.” Ibid p. 50. A ausência de uma predisposição nata ao imperialismo também deriva do modo como o povo se forma: “O imperialismo de uma população guerreira, o imperialismo popular, surge na História quando o povo adquire uma disposição bélica e uma organização social correspondente antes que tenha a oportunidade de ser absorvido pela exploração pacífica da área em que se instalou definitivamente. Os povos que nisso se absorvem, como os antigos egípcios, os chineses ou os eslavos, jamais desenvolveram tendências imperialistas, embora possam ser induzidos a assim agirem por exércitos mercenários e geralmente estranhos.” Ibid p. 49.

As raízes do imperialismo Europeu

Mantendo a coerência com sua visão mais geral sobre o problema, Schumpeter afirma categoricamente que o imperialismo moderno não é parte constitutiva do capitalismo, mas sim fruto de sobrevivências pré-capitalistas, que o capitalismo ainda não conseguiu eliminar. Estas sobrevivências se situam nas esferas política, cultural, social, psicológica e econômica e, apesar de contradizerem a lógica do capitalismo, elas acabam expressando a sua influência através do poder político, consubstanciando-se na *política imperialista*. Dentre estas sobrevivências, Schumpeter acentua o legado das intensas lutas de poder que ocorreram na Europa ao longo dos últimos séculos: as “paixões nacionalistas irracionais”⁵⁵ que se irradiam pela opinião pública, assim como o viés belicista e expansionista cristalizado em diversas camadas sociais que se formaram ou que se consolidaram no período absolutista, isto é, as “castas militares-feudais”, os setores da burocracia que derivam seu prestígio, seus privilégios e os seus rendimentos do aparelho militar e administrativo construído durante os conflitos dos séculos XVII, XVIII e XIX. São estes resquícios - e não o capitalismo - que são responsáveis pelo fomento e pela legitimação das práticas imperialistas.⁵⁶

Tomando em conjunto a obra de Schumpeter, torna-se particularmente visível a tese de que o capitalismo apresenta uma forte tendência à *racionalização* (entendida como cálculo racional de custos e benefícios, isto é, o que o weberiano chamaria de *racionalidade instrumental*); a qual manifesta-se predominantemente no plano econômico, mas que tende também a projetar-se sobre todas as demais esferas da existência social. Neste sentido, o capitalismo é essencialmente pacífico e, portanto, antagônico às práticas imperialistas: ele tende a neutralizar ou canalizar todas as atitudes agressivo-irracionais – guerra, expansão imperialista, violência, etc. – para a competição econômica no mercado, que, por efetivar-se num quadro racional, acabaria redundando na consolidação de práticas e instituições democráticas,⁵⁷ mais inclinadas ao pacifismo.

(55) “Afastado de tudo o mais – escreve Schumpeter –, o irracional busca refúgio no nacionalismo – o irracional, que consiste da beligerância, da necessidade de odiar, de boa quota de idealismo rudimentar, de egoísmo do mais ingênuo, e portanto mais restrito. É precisamente isso o que constitui o impacto do nacionalismo.” *Ibid* p.31-2

(56) A insistência de Schumpeter no caráter atávico do imperialismo resume bem a sua posição sobre este assunto: “O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta. Em outras palavras, é um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado (...). É um atavismo da estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional. Como as necessidades vitais que o criaram desapareceram para sempre há muito, também ele deve desaparecer gradualmente, muito embora qualquer ação bélica, por menos imperialista que seja o seu caráter, volte a revivê-lo. O imperialismo tende a desaparecer como elemento estrutural porque a estrutura que o colocou em destaque está em declínio, dando lugar, no curso da evolução social, a outras estruturas onde não há lugar para ele, e que eliminam os fatores do poderio que eram o seu fundamento. Tende a desaparecer como elemento de reação emocional habitual, *devido à racionalização progressiva da vida e do espírito*, processo no qual as antigas necessidades funcionais são absorvidas por novas tarefas, no decurso das quais as antigas energias militares são modificadas funcionalmente. (...) Nossos exemplos mais recentes de imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutistas do século XVIII. E são, sem dúvidas, “mais civilizados” do que os seus predecessores.” *Ibid*. p. 86-7 (grifo meu). Aqui, claramente, Schumpeter se aproxima da noção de “processo civilizacional”.

(57) Fato que abre outra seara extremamente polêmica: o(s) significado(s) de *democracia* presente em sua obra. Ver a parte 4 de *Capitalism, Socialism & Democracy* Londres & Nova York: Routledge, 1994

Deste modo, podemos concluir que, para Schumpeter, a propensão ao imperialismo não pode ser *explicada* por interesses materiais ou econômicos. Além disto, o imperialismo, isto é, a expansão política pela expansão (que, exatamente por manifestar-se desta forma não possui limites) não interessa à burguesia, “a principal força criadora da riqueza e da transformação social”. Como explicar, nestas condições, a manifestação do imperialismo em uma era onde as forças econômicas - por promoverem a interdependência entre as nações – supostamente apontam para a paz? Simples: a estrutura social vigente ainda não é *suficientemente* capitalista. A “pirâmide social” que caracteriza a nossa era (Schumpeter escrevia em 1919) não foi formada exclusivamente pela *substância* e pelas *leis* do capitalismo, mas sim pela combinação desta com a substância e as leis que emanam de outra época (feudalismo). Portanto, devido à este fator, a burguesia ainda depende política e ideologicamente da aristocracia fundiária e das “classes militares”, que podem usar o seu prestígio para adaptar o “poder do capitalismo” aos seus interesses particulares, profundamente “anticapitalistas”.

3 Interpretações Marxistas do Imperialismo

3.1 Rosa Luxemburg

A obra de Rosa Luxemburg é alvo de verdadeiras sabotagens tanto no meio acadêmico como na militância política. Ela é acusada tanto pelo seu “ecletismo” – supostamente incapaz de movimentar-se no rigor formal dos conceitos, recorre sistematicamente a aportes externos à teoria marxiana e, sobretudo, a ilustrações “históricas” (no caso, por ecletismo, devemos entender empirismo) - quanto pelo excesso de ortodoxia. É também acusada de um voluntarismo ingênuo (ou “idealismo revolucionário”), fundado em uma compaixão romântica pelas massas. Por outro lado, é comum encontrar críticas ferozes ao *seu fatalismo* que, supostamente, emana da sua filiação à teoria do colapso inexorável do capitalismo, na qual se aduz a sua fé na ação espontânea das massas que, mesmo sem uma liderança partidária clara, seria capaz de conduzir a revolução.

Essa profusão de críticas contraditórias deriva de pelo menos duas características do pensamento de Rosa Luxemburg. Em parte, estes juízos díspares derivam das mudanças de posição da autora, em função dos imperativos táticos ditados pelas circunstâncias. Este tipo de oscilação é bastante comum nas grandes lideranças que combinam os problemas intelectuais com a militância política. Mas a maior fonte das “críticas” provenientes de todas as direções deriva do radicalismo da postura geral assumida por Rosa em um momento de tensão social extrema. As mudanças de posição e esse radicalismo explicam, de forma mais direta, os ataques dos seus contemporâneos. Contudo, as críticas posteriores à sua obra baseiam-se também em uma motivo suplementar, muito mais prosaico. Em *A Acumulação do Capital*, a própria autora teria aberto o flanco a tais críticas, ao formular a sua interpretação *partindo da crítica* aos esquemas de reprodução de Marx. Sem dúvida, olhando retrospectivamente, este é um péssimo ponto de partida, pois a colocou na linha de fogo de filósofos mais formalistas e a correntes que acreditam que é possível reduzir o materialismo histórico a uma *ciência econômica* “marxista”. Somente nestes casos é possível dar tanta importância aos esquemas, a ponto de inaugurar o enfadonho “problema da

realização”, travado quase que exclusivamente em torno de contraposições exegéticas entre o tomo II e o III de *O Capital* – e nos *Grundrisse*⁵⁸ - e da “correta” compreensão da dialética. Porém, como Rosa participava simultaneamente do debate na Alemanha e na Rússia, a querela dos esquemas de reprodução – e da crise do capital – era um dos componentes centrais e, portanto, dadas as circunstâncias, consistia em um ponto de partida que praticamente se impunha à análise.⁵⁹

Longe de tentar reviver velhas polêmicas, destacarei aqui os pontos onde Rosa Luxemburg faz a discussão *avançar*. Para tanto, será necessário explicitar alguns pontos essenciais da interpretação da autora que, de modo geral, aparecem diluídos em uma ampla massa de assuntos de menor importância e, que desse modo, geram ruídos desnecessários e, em alguns casos, críticas completamente descabidas. Infelizmente, exatamente para possibilitar este procedimento, não há como não mencionar o problema dos esquemas de reprodução. Mas, mesmo se aceitarmos que, de um ponto de vista formal, isto é, centrado no papel que os esquemas de reprodução ocupam (ou *deveriam ocupar*) na arquitetura geral de *O Capital*, o modo como a autora formulou o problema é passível de críticas, não podemos nos esquecer que o propósito geral da autora foi tentar se *desvencilhar* deste tipo de formulação, e as confusões desnecessárias que dela derivam. E, como tentarei demonstrar, tomada no conjunto, a abordagem de Rosa Luxemburg abre caminho para esta superação, pois ela se esforça para reconstruir uma concepção de modo de produção que é capaz de incorporar *efetivamente* a dimensão da História e, por conta disto, possibilita transcender a forma usual com que os problemas foram (e infelizmente, em muitos casos, ainda são) formulados.

Os esquemas de Reprodução e a crise do capitalismo

De saída, ao criticar os esquemas de reprodução, Rosa Luxemburgo rompe com a tese de que, essencialmente, as crises do capitalismo derivam *apenas* das eventuais *desproporcionalidades* entre os ramos da produção, típicos de uma economia baseada na miríade de decisões “individuais”. Tais desproporcionalidades poderiam, a princípio, ser resolvidas “automaticamente” pelas falências e redistribuição do investimento ou, alternativamente, minoradas pela ação do Estado, através do planejamento econômico. Portanto, esse tipo de “crise” faz parte do funcionamento regular da economia capitalista. O foco em suas manifestações imediatas, partindo de uma noção de equilíbrio (automático, ou estabelecido pela regulação estatal), não é possível detectar as determinações mais profundas, constitutivas do capital e, mais fundamentalmente, a sua tensão com o trabalho. Evidenciar este tipo de contradição fundamental era um dos objetivos de Rosa Luxemburg.

Boa parte da confusão diz respeito à própria finalidade dos esquemas de reprodução na arquitetura básica de *O Capital* e, mais fundamentalmente, o seu papel no pensamento marxiano. A

(58) Como esta obra foi publicada e difundida muito depois da morte de Rosa Luxemburg, a polêmica centrou-se originalmente na contraposição entre os dois volumes de *O Capital*.

(59) Cf. Roman ROSDOLSKY *Génesis y estructura de El Capital de Marx* México: Siglo Veintiuno, 1989 p. 506.

esmagadora maioria das críticas à Rosa batem na mesma tecla: por supostamente ignorar “declaradamente”⁶⁰ a dialética hegeliana, ela não “compreendeu” que os esquemas de reprodução não podem ser aplicados “diretamente” à realidade e que, em segundo lugar, não há nenhuma contradição entre os esquemas do livro II e do III. No plano formal, este reparo é possível, mas ele não é suficiente para invalidar o duplo esforço empreendido por Rosa Luxemburg: analisar criticamente a obra marxiana e suas implicações, com o objetivo de esmiuçar as contradições do capitalismo, tais como elas se manifestam na realidade, para orientar as ações práticas dos movimentos emancipatórios. Esse era, na realidade, o aspecto fundamental.⁶¹

Fora do âmbito da ação política concreta, a celeuma sobre os esquemas de reprodução tende a gravitar em torno de dois eixos que se interligam. O primeiro diz respeito à relação entre os esquemas de produção e a realidade social. Ou, em termos mais simples: para que servem estes modelos? Este eixo ramifica-se entre duas posições básicas: i) a possibilidade de aplicação *direta* do modelo à realidade (como se ele representasse alguma *essência* do capitalismo, ou a sua dinâmica mais pura). Neste caso, a tendência dominante é deduzir que a reprodução ampliada pode ocorrer indefinidamente e que, portanto, o capitalismo *não entraria em colapso por razões econômicas*; ii) A necessidade de “aprimorar” o modelo, simplesmente incorporando *mais elementos* – progresso técnico, comércio exterior, etc. - para aproximá-lo mais da “realidade” (como Otto Bauer e Tugan-Baranovski, por exemplo). Há outra forma, mais sofisticada, de formular a mesma objeção: os esquemas representam apenas um dos vários níveis de abstração: no caso, um dos níveis mais puros, isto é, do capital enquanto capital, sem levar em conta as suas frações ou manifestações particulares (comercial, industrial, etc). Somente no incompleto livro III, Marx reduz o grau de abstração e passa a conceber a sociedade capitalista com *todas* as suas

(60) Na verdade, não tão declaradamente assim: enquanto estava presa, ela *reclamou do estilo* de Marx no tomo I (isto é, “sua ornamentação rococó ao estilo Hegeliano”) em uma carta a Hans Diefenbach datada de 8 de Março de 1917. No caso, *coberta de razão*, Rosa estava reclamando da crítica ortodoxa – empreendida principalmente por marxistas de gabinete, *experts* no hegelianismo – à sua obra que, em seu julgamento, criava falsas divisões no movimento revolucionário, e o aprisionava em formulações herméticas. Sobre a carta, ver Roman ROSDOLSKY *Génesis...* op. cit. p.540.

(61) Ao reforçar a teoria do colapso, Rosa estava, na realidade, se contrapondo às tendências reformistas cada vez mais incrustadas na esquerda alemã e, incidentalmente, por questões táticas, despertou a fúria de Lênin (algo que sempre se mostrou muito perigoso). “Mas por que não coube essa tarefa” [destacar a teoria do colapso] “a Lênin, mas a Rosa Luxemburg? Aqui, deve-se salientar, antes de tudo, a diferença na situação do marxismo russo e do alemão. Em contraste com os marxistas russos da década de 1890, cujo interesse teórico estava preferencialmente dirigido pela luta contra a ideologia dos *narodniki*, e que, por isto, tinham que demonstrar a capacidade vital do capitalismo russo, ainda nos cueiros, Rosa Luxemburg vivia e atuava em um país cujo capitalismo se encontrava não só no pináculo do seu poderio, mas que já exibia claros sinais de sua futura decadência; e por outra parte, tinha como adversários não os partidários de um utópico socialismo camponês, mas uma poderosa burocracia operária, fortemente arraigada nas massas, que apesar de seu credo ‘marxista’, tinha ambos os pés fincados no terreno da ordem social imperante e que confiava poder alcançar somente dentro deste marco todos os progressos sociais e políticos. Em consequência, enquanto que, até o final do século XIX, na Rússia ainda era necessário salientar a inevitabilidade e o caráter historicamente progressista do desenvolvimento capitalista, ao contrário, na Alemanha a tarefa da esquerda marxista consistia em ressaltar num primeiro plano de interesse a idéia do necessário colapso econômico e político da ordem social capitalista. E para cumprir precisamente esta tarefa teórica estava destinado o livro de Rosa Luxemburg.” Roman ROSDOLSKY *Génesis...* op. cit. p. 538-9

determinações fundamentais e à luz da concorrência dos capitais. O “erro” de Rosa teria sido, portanto, a incorreta compreensão da *arquitetura geral* de *O Capital*, e, por conta disto, o grau de generalidade, o *momento específico* e o lugar de cada etapa da análise.⁶²

Esta última crítica aponta para o segundo eixo do debate, que baseia-se na alegada necessidade – em si mesma correta - de se distinguir a lógica da investigação da “lógica da exposição”. Os esquemas de reprodução seriam, neste caso, um recurso heurístico, destinado a ilustrar sobre que condições a acumulação capitalista pode existir para, *depois*, estabelecer as mediações entre a forma mais pura e as *possibilidades* de manifestação concreta dos fenômenos, onde a reflexão sobre os esquemas teriam de se conjugar com a teoria das crises (que teria de ser reconstituída mediante estas mesmas operações). Nesta linha, Rosa teria simplesmente passado por cima destes complicados procedimentos, tentando extrair, sem mediações, conclusões sobre a realidade em que vivia diretamente de modelos abstratos, que, em si mesmos, não serviriam a esses propósitos. Em tese, isto a levou a cometer dois equívocos: i) ao tentar deduzir dos modelos mais abstratos o movimento concreto da sociedade, ela acabou chegando a conclusão de que a acumulação ampliada em um sistema capitalista “fechado” é *impossível*. Disto, ela derivou a raiz da rivalidade imperialista: a ação desesperada das grandes potências para tentar *controlar* a zona não capitalista (isto é, os mercados situados *fora* das relações de produção especificamente capitalistas); ii) como o imperialismo não pode resolver a contradição (da qual ele emana), ele pode apenas *retardar os seus efeitos*, e, portanto, não pode impedir a crise definitiva da sociedade capitalista. A primeira postura lhe rendeu a pecha de “subconsumista”, e a última de “escatológica” ou “apocalíptica”.

Mas permanecer neste terreno é ficar em um domínio do qual Rosa Luxemburg, de forma intuitiva, buscou se emancipar: a força de sua obra é o empenho em tentar pensar o problema de *reprodução social total* em suas condições sociais concretas,⁶³ isto é, mediante uma aproximação do conceito de modo de produção *como modo de produção da vida*, fato que, na realidade a *afasta*

(62) Na verdade, a acreditar nisto, o único “erro” seria as alegações de que existe uma “contradição” entre o Marx do livro II e do III. A interpretação de Rosa é coerente com o que Marx apresenta no Livro III (onde ele tenta apreender o movimento do capital “em sua realidade”, em conjunto com a teoria das crises e do colapso do capitalismo), logo, no máximo, podemos censurar a crítica de Rosa aos esquemas do livro II, e não o modo como ela constrói a sua argumentação.

(63) Georg LUKÁCS já havia apontado a raiz deste tipo de desentendimento: "Esta rejeição de todo o problema está estreitamente ligada ao fato dos críticos de Rosa Luxemburgo terem passado distraidamente à margem da parte decisiva do livro (As condições históricas da acumulação) e, coerentes consigo mesmos, puseram a questão sob a seguinte fórmula: serão aceitas as fórmulas de Marx, que se baseiam no princípio isolador, de uma sociedade composta unicamente por capitalistas e por proletários, princípio esse admitido por preocupação metodológica? E qual a melhor interpretação delas? Esse princípio não era mais do que uma hipótese metodológica de Marx, a partir da qual se devia progredir para pôr a questão quanto à totalidade da sociedade, e foi isso que escapou completamente aos críticos. Escapou-lhes que o próprio Marx transpôs esse passo no primeiro volume d'O Capital a propósito daquilo a que se chama a acumulação primitiva. Ocultaram - consciente ou inconscientemente - o fato de, justamente em relação a esta questão, O Capital ser só um fragmento interrompido precisamente no ponto em que este problema deve ser levantado, e que, conseqüentemente, Rosa Luxemburg se limitou a levar até ao fim, no mesmo sentido, este fragmento, completando-o em conformidade com o espírito de Marx." *História e Consciência de Classe* Rio de Janeiro e Porto: Elfos, 1989.

radicalmente da problemática do subconsumo ou da demanda efetiva.⁶⁴ Contudo, como este esforço *teórico* não foi realizado até as últimas consequências, Rosa Luxemburg não conseguiu *reformular claramente* os problemas, partindo, portanto, do horizonte semântico dos seus principais interlocutores, tentando responder – para tentar ultrapassar⁶⁵ - as questões *do modo como elas eram usualmente formuladas*, em uma posição política bastante difícil: *contra* o autoritarismo típico das “vanguardas” socialistas (tanto no poder, como lutando por ele) e da esquerda adesista⁶⁶ e, é claro, contra o conjunto de forças reacionárias que acabaram por ceifar violentamente a sua vida, de forma precoce. O grande problema é que a sua *Realpolitik* revolucionária⁶⁷ – tentar resolver a tensão entre os princípios socialistas e a prática política cotidiana não por tiranetes portadores da verdade mas, *principalmente*, pelo reconhecimento do valor norteador das demandas derivadas da experiência *concreta* dos oprimidos, na sua vida cotidiana - incomodava qualquer forma autoritário-burocrática de pensamento e de ação. Além disto, o movimento teórico pretendido por Rosa exige alterar significativamente a própria concepção de modo de produção e, fundamentalmente, o modo como ele se relaciona com elementos “externos” a ele.⁶⁸ As críticas ao seu “empirismo” e a seu “ecletismo” derivam exatamente deste esforço.

Mas e as acusações de dogmatismo? No caso, elas se endereçam quase exclusivamente à alegada teoria do colapso inevitável do capitalismo.⁶⁹ Vamos momentaneamente supor que, de fato, este traço “dogmático” esteja impregnado no pensamento de Rosa Luxemburg. Isto nos leva a uma segunda questão: com que objetivo prático ela sustentou esta idéia? Não há, também, uma *tensão* entre esta postura apriorística e sua concepção de ação revolucionária? A crítica de que a concepção de crise inevitável deve ser combatida por encorajar um fatalismo apolítico, curiosamente, baseia-se em uma postura *essencialmente dogmática e evolucionista*, que identifica a crise do capitalismo à consolidação

(64) Cf Thiago Fernandes FRANCO *Imperialismo Capitalista em Três Atos: investigações sobre o capitalismo* Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico. Campinas, IE/ UNICAMP (2011) p. 50-6

(65) Cf. Georg LUKÁCS *História e Consciência de Classe* op. cit. p. 49

(66) A desilusão com os rumos tomados pelo SPD depois de 1905 e, sobretudo, em 1914 (quando o partido apoia a guerra), bem como a tendência adesista dos sindicatos foi distanciado Rosa da linha imposta por Kautsky (ambos já tinham rompido relações em 1910, quando este flexibilizou suas posições sobre a inevitabilidade da revolução, dando início a uma série de importantes estudos em torno das alternativas ao imperialismo de uma perspectiva democrática e popular cf. Luca MELDOLESI, “The Debate on Imperialism just before Lenin” *Economic and Politic Weekly* Vol. 19 No. 42 (1984) p. 1833-4), aproximando-a cada vez mais da então impopular defesa da *autonomia* e pluralidade dos movimentos dos trabalhadores e das massas em geral. A ruptura derradeira ocorre com a fundação da liga Espártaco, idealizada no final de 1915 e implementada em 16.

(67) Cf. Isabel LOUREIRO *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária* São Paulo: Unesp & Perseu Abramo, 2003 p. 12-14;214

(68) Um dos exemplos mais significativos disto é o modo como Rosa Luxemburg expande o alcance temporal e espacial da acumulação primitiva, a ponto de, na verdade, redefinir a natureza da sua relação com a sociedade capitalista “consolidada”. O imperialismo é, exatamente, uma das formas de acumulação primitiva.

(69) Para alguns, é possível apodá-la de “ortodoxa” pela defesa de uma necessidade *objetiva* e inexorável da crise *e da concretização* do socialismo. Não é necessário perder tempo com isto: somente uma leitura de segunda mão ou muito seletiva pode sustentar este artifício.

do socialismo, como se ambos guardassem uma relação de *necessidade lógica*, fato que *elimina* a própria idéia de transição e, fundamentalmente, o papel da História para a reflexão teórica e para a ação prática. Foi exatamente por acreditar que a crise do capitalismo *poderia gerar regressão social* – a possibilidade da intensificação da barbárie – é que Rosa foi se aproximando da então herética noção de “socialismo democrático”, isto é, genuinamente coletivo, *popular* e avesso às fórmulas prontas das burocracias partidárias. Portanto, a meu ver, toda crítica posterior à “ortodoxia” de Rosa Luxemburg deve ser vista com suspeição.

O Externo e o Interno: Acumulação Primitiva e a Expansão do Capitalismo.

Resta uma última crítica, que nos remeterá mais uma vez ao problema mais geral: a expansão e a crise do capitalismo se explica *pelo subconsumismo*? Não creio que esta seja a posição de Rosa Luxemburg. A deterioração das condições *gerais* do trabalho é agravada pela centralização dos capitais e pelo sucesso dos monopólios, que provisoriamente, podem sustentar as taxas de lucro dos grandes capitalistas, mas agrava, no longo prazo, o descompasso entre as grandes massas de mais valia e a demanda (efetiva, diria posteriormente Keynes). Logo, como o capitalismo *somente* é capaz de criar riquezas pela exploração do trabalho (e a polarização social a ela correspondente), a tendência anteriormente esboçada *coloca sempre sobre a ameaça a reprodução do capitalismo*. A saída mais simples deste tipo de crise envolve a expansão *absoluta* do seu raio de ação, mediante a incorporação – pela violência, se necessário – de zonas externas a ele. Mas “externas” em um sentido específico: não se trata do comércio internacional, *mas na subordinação de zonas baseadas em relações de produção não especificamente capitalistas*. Logo, Rosa sustenta veementemente que o capitalismo recorre *sistematicamente* aos expedientes que Marx descreveu como típicos da “acumulação primitiva”.⁷⁰ Mas estes expedientes – dentre os quais se situa o imperialismo – não podem ser utilizados *ad infinitum*, dado que esta incorporação acaba por generalizar as relações de produção especificamente capitalistas.⁷¹

Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica da capitalismo plenamente constituído – não implica *automaticamente* o fim do capitalismo (e, muito

(70) Isso abre uma polêmica gigantesca, que não poderá ser adequadamente tratada aqui. Contudo, deve-se frisar que o esforço de Marx para circunscrever a acumulação primitiva a um período “originário” e, que, portanto, não é importante após a consolidação do capitalismo tinha uma motivação predominantemente tática Cf. PERELMAN *The Invention of Capitalism* Durham: Duke U. Press, 2000 p. 28-32. A associação do capitalismo a um tipo de exploração que prescinde da violência direta tinha como propósito tentar impedir o reforço da crítica conservadora ao capitalismo, isto é, de que seria possível *regenerar* a tradição, para combater a miséria e os flagelos tipicamente capitalistas.

(71) O capitalismo tem a curiosa tendência de tentar subordinar integralmente à sua lógica o *conjunto* da vida social. É a partir desta chave que, por exemplo, em sua dissertação de mestrado, Thiago Franco aborda a obra de Rosa Luxemburg. Cf. *Imperialismo Capitalista...* op. cit. p. 44-5. Logo, impelido pelas contradições no seu próprio seio, como Rosa aponta nos capítulos 28, 29 e 30, o capital luta contra todas as formas não capitalistas, convertendo-as, em um primeiro momento, em formas de produção *para o capital*. Como o capitalismo tem como eixo a produção *incessante* de mais valia, estas relações subordinadas formalmente ao capital tendem a desenvolver *relações especificamente capitalistas*, que, portanto, explicitam as contradições específicas do capital.

menos, a instauração do socialismo) mas, seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da “zona não-capitalista” aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um *antagonismo* que, em conjunto com a crescente socialização da produção (o único elemento objetivo e automático realizado pelo capitalismo), cria a possibilidade efetiva de uma revolução socialista como alternativa à generalização da violência e regressão social. É somente partindo deste ponto de vista que se pode compreender as reflexões de Rosa sobre o imperialismo.

A Reprodução Ampliada e o Imperialismo

Seguindo o estilo de Marx, Rosa Luxemburg escreveu *A Acumulação de Capital* mediante a recomposição e análise crítica das grandes polêmicas em torno do problema da reprodução do capital (seções I e II), para depois (seção III) articular os temas, explicitando *as condições históricas* da acumulação. Neste processo, o seu raciocínio é apresentado. Portanto, apenas tendo em vista os seus objetivos e o *conjunto da argumentação*, isto é, somente após a sua tentativa de reformular radicalmente o problema da reprodução do capital tal como ele era tratado na virada do século XIX para XX, é que a sua interpretação do imperialismo ganha sentido. Como esta depende da concepção de Luxemburg sobre a dinâmica e tendência à crise do capitalismo, seus críticos não atacam diretamente a sua interpretação sobre o imperialismo, mas preferem criticar os seus alegados fundamentos, isto é, o “subconsumismo” e o “catastrofismo”.

Para Rosa, o imperialismo decorre fundamentalmente das dificuldades da realização da reprodução ampliada do capital, fato que impele os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante esta aliança, poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção. Esta disputa, contudo, como já foi indicado, não é capaz de resolver as contradições das quais ela, na realidade, ela emana. O militarismo, ao mesmo tempo que serve de base para a incorporação violenta da arena externa, favorece também a realização de parte da mais valia, ao gerar uma demanda crescente (e capaz de, dentro de certos limites, se retroalimentar) por armamentos e soldados.⁷² Por outro lado, o dispêndio militar aumenta o peso sobre os produtores diretos e, quando gera conflitos de grandes proporções, ameaça a ordem burguesa.⁷³ Além

(72) Há um duplo impulso ao imperialismo, portanto: a busca de novas zonas receptoras de investimento e o acesso a fatores de produção muito mais baratos, bem como a uma fonte de trabalho capaz de ser dominada violentamente. Como grande parte destas fontes de trabalho podem recorrer parcialmente à subsistência (seja na escala da unidade domiciliar, das aldeias, etc.), isto exige a coação pela força, ao mesmo tempo que reduz os seus custos para o capital.

(73) “Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras que ela mesma criou.” *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II São Paulo: Abril Cultural. 1984 p. 97

disto, a incorporação pela violência das zonas externas, no longo prazo, induz ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção e seu interior, fazendo retornar o problema inicial.

A passagem seguinte sintetiza o pensamento da autora:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.⁷⁴

Evidentemente, isto não quer dizer que o socialismo é um resultado *automático* da tendência inerente à crise do capitalismo. O socialismo, a seu ver, é a única saída *emancipatória* possível.

Antes de concluirmos esta seção, um último aspecto deve ser destacado. Talvez para fugir das velhas celeumas, David Harvey tenta reabilitar a interpretação de Rosa – ressaltando a sua importância fundamental para explicar tanto o imperialismo clássico quanto o “novo” imperialismo – mediante uma mudança na terminologia. Ao invés de recorrer ao termo “acumulação primitiva”, ele prefere substituí-lo por “acumulação por espoliação” (uma mudança que, na realidade, é meramente cosmética).⁷⁵ E, para fugir da imagem “subconsumista,” propõe o termo *sobreacumulação*. É o *excesso de acumulação*, isto é, a formação de estoques gigantescos de mais valia reivindicando a sua realização, que induz à formas suplementares de pressão sobre o trabalho e novos circuitos de acumulação por espoliação. Não há diferença *essencial alguma* entre esta posição e o modo como Rosa Luxemburg concebia o “problema de realização” – de uma perspectiva *mais ampla* do que uma hipotética teoria econômica - e seu vínculo com a teoria da(s) crise(s) do capitalismo. A grande vantagem desta mudança de terminologia é a

(74) Ibid p. 98.

(75) “A desvantagem desses pressupostos” [de Marx e Rosa] “é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma ‘etapa original’ tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburg, como de alguma forma ‘exterior’ ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primiriva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’”. David HARVEY *O Novo Imperialismo* trad. São Paulo: Loyola, 2004 p. 120-1. Quanto à Rosa, como já foi indicado, por *forma exterior* ela entende as zonas baseadas em relações de produção *distintas* da especificamente capitalista, mas a elas subordinadas (pela conquista, ou pela associação entre as elites locais (que estabelecem a dominação violenta na sua sociedade) e a burguesia dos países centrais): não é externa, portanto, a um sistema capitalista. Neste caso, a única diferença entre Harvey e Luxemburg está no nome do termo.

possibilidade de incorporar à problemática aqui discutida uma fonte de pressão adicional: a “financeirização”.

3.2 Lênin

Há uma miríade de estudos sobre os mais variados aspectos da teoria do imperialismo apresentada por Lênin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. A densidade do texto, seu espírito combativo, a clareza das idéias ali contidas e, principalmente, o fato de ter sido publicado em um momento crítico o tornam uma leitura incontornável. Sínteses como esta só ocorrem em situações excepcionais, isto é, quando as pressões da realidade sobre a consciência social atingem o paroxismo e, portanto, demandam a superação das formas usuais como os problemas são retratados. Contudo, o propósito aqui é bastante modesto. Longe de tentar proporcionar alguma “nova visão” sobre esta obra, ou tentar decifrar (e tentar impor) a “leitura correta”, a idéia é apontar, sucintamente, as linhas gerais desta interpretação com o objetivo de estabelecer alguns parâmetros que irão nortear a análise das interpretações de Bukharin e Hilferding.

Imperialismo e acumulação mundial – Assim como Hobson, Lênin vincula o imperialismo moderno à intensa exportação de capitais posta em marcha pela articulação entre os monopólios nacionais e as grandes potências.⁷⁶ A causa fundamental destas exportações é similar nas duas interpretações: a tendência declinante da taxa de lucro no interior das economias imperialistas e a superabundância de capital. Mas as semelhanças se esgotam nestes aspectos. A explicação de Lênin sobre os motivos que determinam a redução das taxas de lucro nas economias metropolitanas é bastante diferente da fornecida por Hobson. Para Lênin, esta tendência ao declínio explica-se por dois motivos principais, que interagem: 1) o desenvolvimento dos sindicatos, das *Trade Unions* e da social-democracia, aliado à progressiva dificuldade de recrutar trabalho proveniente do campo compromete a capacidade da burguesia elevar a taxa de exploração; 2) a tendência à elevação da composição orgânica do capital, intrínseca ao capitalismo, mas que, nas condições então vigentes, teria atingido um *novo nível*, capaz de promover uma transformação qualitativa, apta a conferir centralidade e abrangência inusitada ao capital financeiro. Estas duas condições não se verificam – pelo menos não com a mesma intensidade – nas regiões pouco exploradas do globo: a composição orgânica do capital é baixa, a oferta de trabalho é abundante, barata e, por fim, a *dominação imperialista* permite a elevação da coerção sobre o trabalho a níveis extraordinários. Deste modo, Lênin relaciona o acirramento do imperialismo à intensificação das contradições do modo de produção capitalista, as quais derivam do seu amadurecimento. Em algumas formações sociais, na segunda metade do século XIX, o modo de produção capitalista atingiu a chamada “fase da indústria moderna”; caracterizada basicamente por três elementos: a possibilidade de produção

(76) O próprio Lênin reconheceu a importância do estudo de Hobson. Mas John Cunningham WOOD o acusou de plágio: “Lênin não reinterpretou Hobson, tal como se costuma alegar; pelo contrário e plagiou as idéias de Hobson e Hilferding de modo a encaixá-las em um formato capaz de propagar as idéias políticas da facção bolsheique do Partido Social Democrata Russo.” *op cit.* p. 484

de *mais-valia relativa*; o desenvolvimento das instituições de crédito e a crescente *centralização do capital*. O resultado destas tendências é a monopolização do capital em escala nacional e depois em escala internacional, marcada pela competição intensa entre os grandes capitalistas. É exatamente neste estágio que as práticas imperialistas se tornam imprescindíveis: como decorrência da *concorrência inter-imperialista*, as burguesias das formações sociais desenvolvidas, representadas por seus respectivos Estados, começam a lutar pela anexação de novos territórios e pelo controle de novos mercados, para garantir a reprodução do capital.

Imperialismo: expressão do Capitalismo Monopolista – A vinculação entre as práticas imperialistas modernas e a instauração de um *novo estágio* do capitalismo é central na teoria do imperialismo desenvolvida por Lênin. Ao insistir neste ponto, o líder bolchevique busca distinguir o “imperialismo do capital financeiro” das diversas formas de dominação imperial que o antecederam, destacando a sua peculiaridade. Desta perspectiva, para compreendermos o imperialismo é necessário analisar as características básicas do *Capitalismo Monopolista*, as quais foram sintetizadas pelo próprio Lênin⁷⁷:

(1) Há uma forte tendência à centralização da produção em *trustes* e em cartéis, que dão origem a grandes monopólios, que passam a exercer um papel decisivo na vida econômica.

(2) A fusão do capital bancário e do capital industrial gera uma poderosa oligarquia financeira.

(3) Nestas condições, a exportação de capitais adquire uma importância decisiva, que inclusive a diferencia da exportação de mercadorias.

(4) As grandes potências capitalistas dividem o mundo entre si, ocupando territórios e criando esferas de influência.

(5) Da efetivação da divisão territorial do planeta, desdobra-se uma intensa luta entre as grandes potências para redividir o mundo (a *luta inter-capitalista*)

Assim, Lênin deriva a sua teoria do imperialismo destas condições gerais que, alegadamente, governavam o capitalismo monopolista. Podemos então, sucintamente, descrever a especificidade de sua interpretação: a exportação de capitais que caracteriza o imperialismo ocorre no contexto de um mundo dividido por classes dominantes diferentes, cujo poder é representado pela força do Estado de cada país. Deste modo, a exportação de capitais envolve a *mediação dos Estados* e também o conflito potencial entre classes dominantes com interesses distintos. Este conflito potencial pode ser dividido em duas categorias básicas: a) conflito entre estados predominantemente capitalistas, isto é, a *rivalidade interimperialista*; b) conflito entre um estado capitalista e outro “pré-capitalista”.⁷⁸ Lênin concentrou a

(77) Cf *ibid* p. 218

(78) No caso, Lênin se refere à aliança da burguesia metropolitana com as classes dominantes pré-capitalistas, criadas para viabilizar a integração destas zonas ao capitalismo mundial, e que, no final das contas, acaba operando também para evitar a tomada do poder por lideranças locais mais autonomistas ou até mesmo, por frações autóctones da burguesia autóctone dos países dominados, que pudesse romper a relação de subordinação, visando fortalecer os centros decisórios internos. Aqui, abre-se a possibilidade de uma linha de investigação muito frutífera, que ficou conhecida como *imperialismo do livre-comércio*.

sua análise na primeira categoria de conflitos, de onde tirou a sua famosa conclusão de que a *acumulação na era imperialista gera uma tendência às guerras inter-capitalistas*. Desta forma, ele qualificou a Primeira Guerra Mundial como uma guerra essencialmente imperialista, que, de certa maneira, seria a prova empírica de sua teoria.

Deste quadro geral temos de destacar alguns elementos importantes. Em primeiro lugar a idéia de que o imperialismo é fruto do *amadurecimento do capital*: nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista a dominação colonial envolvia a garantia da exportação de *mercadorias excedentes*, fato que não envolvia necessariamente a exportação de capitais. No caso do capitalismo monopolista, a eventual exportação de mercadorias era subordinada à necessidade imperiosa de exportar capitais para as regiões subdesenvolvidas. Portanto, para Lênin, esta tendência *fomentava o desenvolvimento do capitalismo nas regiões que recebiam os aportes de capital*, as quais passavam a crescer a uma taxa maior do que a região exportadora.⁷⁹ Outro fator importante é que, para Lênin, a preponderância dos monopólios *eleva o nível e a intensidade da concorrência*, pois transforma a antiga luta entre pequenas concentrações de capital em uma luta de gigantes que, exatamente por isto, é travada no quadro da economia mundial. A formação dos monopólios sequer atenua a ocorrência de crises cíclicas ou reduz a anarquia da produção. Pelo contrário: os monopólios se formam apenas em alguns setores da economia, logo, eles *elevam* a desproporção entre os ramos econômicos e, também, acentuam a assimetria entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria, *favorecendo deste modo a ocorrência de crises periódicas*. Um terceiro aspecto, obscurecido pelos programas socialistas formulados em Moscou a partir de meados dos anos 20 - é a idéia de que a exportação de capitais *fomenta*⁸⁰ o desenvolvimento capitalista nas regiões receptoras, e não o contrário, como geralmente se supõe. Logo, a difusão e o desenvolvimento do capitalismo nas zonas periféricas *intensifica* a rivalidade imperialista.

Portanto, *sem recorrer a fatalismos*, Lênin chega à conclusão de que qualquer solução para o problema do imperialismo está *além* do capitalismo. A bastante improvável cristalização de um concerto de grandes potências capaz de impedir a guerra mundial pela via da diplomacia não seria capaz de resolver a tensão entre o capital e o trabalho, que se explicitaria crescentemente, dado que o

(79) Como corretamente destaca Luis FERNANDES, para Lênin, o fato das zonas receptoras de capital se desenvolverem de forma acelerada gerava constantes transformações na correlação de forças entre as potências capitalistas, fato que favorecia as “guerras interimperialistas” *cf. URSS ascensão e queda* São Paulo: Anita Garibaldi, 1991 p. 41-3. Sobre a relação entre a exportação de capitais e o desenvolvimento das zonas receptoras, ver Charles BARONE *Marxist thought on Imperialism* Londres: Macmillan Press, 1985 p. 49-51

(80) Como é sabido, quase toda a prática política da esquerda radical nos países do terceiro-mundo na primeira metade do século XX, e que, de forma atenuada e menos geral, manteve-se até a década de 1960 e 70, esteve fundamentada na concepção de que o *imperialismo bloqueia* o desenvolvimento capitalista. Exatamente por isto a tática prescrita era uma aliança dos comunistas com a burguesia nacional, para lutar contra as elites “semi-feudais” e contra a burguesia dos países desenvolvidos, favorecendo deste modo o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, por fim, tornando possível a luta pelo comunismo, voltando-se agora contra a burguesia autóctone. Esta visão foi *atribuída* a Lênin, mas não corresponde à sua interpretação. Logo, a industrialização de alguns países do terceiro-mundo a partir de 1960 e 70 *não pode ser usada como um contra-exemplo* da teoria do imperialismo de Lênin, como fazem alguns críticos levianos.

ultraimperialismo não pode deter a tensão entre a coletivização da produção posta em marcha pela concorrência dos capitais e a distribuição desigual do produto social, inerente ao capitalismo. Neste caso hipotético, evitar-se-ia a guerra, mas não o acirramento da tensão entre o capital oligopolizado e o trabalho, que forcejaria a transposição da “luta econômica” (pelo aumento de salários e melhoria nas condições de trabalho) para a luta política,⁸¹ isto é, a conquista do Estado pelos trabalhadores. Ou melhor: a passagem da contradição entre o capital e o trabalho para o antagonismo muda a natureza da luta social, isto é, da luta parcial contra os *efeitos* disruptivos do capitalismo para a tentativa de resolver as *causas* do problema. A Guerra, por sua vez, não resolve os problemas fundamentais: a eventual redivisão do planeta entre um número menor de grandes potências *incrementaria ainda mais a centralização dos capitais, os monopólios sociais e, também, a própria rivalidade interestatal*. Portanto, para Lênin, a luta contra o imperialismo é a luta pela superação do capitalismo.

3.3 Rudolf Hilferding

Não resta dúvida de que o cerne da interpretação de Rudolf Hilferding é o processo de concentração e centralização do capital que, em meio a diversas transformações estruturais, resulta no capital financeiro. Suas reflexões sobre o imperialismo derivam do tratamento deste tema. Desde a publicação de *O Capital Financeiro* em 1910, o seu pensamento também sempre foi alvo de diversas polêmicas. A esmagadora maioria delas se concentra na indagação sobre a *natureza* do capital financeiro. Existem duas posições básicas. É possível entendê-lo como a resultante da *subordinação* do capital industrial ao bancário. Embora suscetível a restrições,⁸² esta visão é bastante atrativa, pois traz implicações muito claras: políticas públicas destinadas a cercear o obscuro interesse financeiro podem mitigar a tendência ao “rentismo”, típica da dominância da “bancocracia.” Alternativamente, é possível conceber o capital financeiro como *um novo tipo de capital*,⁸³ fruto da *fusão* entre o capital industrial e o financeiro, que altera significativamente os padrões de reprodução da economia e, fundamentalmente, se

(81) Uma luta que os oligopólios teriam de travar em dois planos: nas sociedades centrais, contra as organizações dos trabalhadores e nas suas colônias e semi-colônias, onde a questão do trabalho tende a se mesclar com a questão nacional.

(82) Fernando Nogueira da Costa aponta isto clareza: “Pela primeira leitura, sua teoria não seria aplicável ao desenvolvimento de todos os países. Nesse caso, o capital financeiro se caracterizaria pelo caráter predominante do capital bancário sobre o industrial a partir de certo grau de concentração. Se bem que isto tenha ocorrido dessa maneira, em alguns países, como Alemanha, Áustria, Itália, França e Espanha, houve outros, como o exemplo clássico dos Estados Unidos, nos quais nunca se pode falar de ‘estado de dependência da indústria em relação aos bancos’, muito antes pelo contrário. No caso norte-americano, o papel do sistema bancário foi diminuto no processo de concentração. O que foi importante envolveu o processo de emissão primária de ações, isso explicaria o baixo grau de endividamento das empresas americanas, a importância do mercado de ações e a não dominação do capital industrial por parte do capital bancário, como ocorreu em outros casos.” “Comparando capitalismo financeiro” *Textos para discussão* IE/Unicamp No. 160 Maio (2009) p. 8

(83) A insistência é necessária pois, ainda neste caso, desafiando a lógica e, principalmente o bom senso, é possível tentar puxar o problema de novo para o terreno familiar: mesmo fundidos, não necessariamente o capital bancário precisa exercer a dominância. Como antídoto: criação de instâncias regulatórias capazes de devolver o comando ao setor “produtivo” da burguesia, a indústria.

mescla à profundas transformações na estrutura de classes da sociedade produzidas na passagem do século XIX ao XX.

Longe de insistir no inglório – e infundável – escrutínio da obra do autor para tentar estabelecer – mediante uma verdadeira guerra de citações - *o que realmente Hilferding pensava*, parece-me bem mais sensato fazer a seguinte pergunta: quais, dentre as duas possibilidades, é a mais pertinente? Isto é, qual é capaz de, não somente iluminar melhor o período em que o autor viveu, mas, sobretudo, lançar alguma luz sobre os problemas contemporâneos? Neste caso, seguramente, a segunda concepção é muito mais pertinente. Qualquer atividade capitalista, mesmo levando em conta a sua especificidade, está sujeita à tendência à centralização e concentração dos capitais. O acirramento desta tendência após a depressão do século XIX afetou tanto as indústrias quanto os bancos e demais instituições financeiras. Entretanto, no caso, não se tratou apenas de dois processos simultâneos, mas de uma sinergia, onde a centralização dos bancos estimulava a da indústria e vice versa. Isto resultou em várias *formas* de articulação, com mecanismos de gestão peculiares, dos quais o controle da indústria pelos bancos era apenas uma variante, dentre outras. O ponto decisivo é que, se partirmos da idéia de que o capital financeiro é uma *nova forma* de capital, podemos ultrapassar o nível da simples manifestação dos fenômenos em direção a uma contradição fundamental, que já fizemos referência na reconstituição da interpretação de Lênin, isto é, a tensão entre a tendência à coletivização da produção e os mecanismos de redistribuição centrados na propriedade privada. A consolidação do capital financeiro que, evidentemente, não se confunde com a finança, sistema bancário ou ao “controle” dos banqueiros é, dentre outras determinações, uma resposta – necessariamente provisória - à *incompatibilidade* entre a noção clássica de propriedade individual e as novas forças produtivas, generalizadas com a Revolução Industrial.

Porém, embora a ascensão do capital financeiro não seja capaz de eliminar o conflito social, ele proporcionou um arranjo social cujo eixo central do consenso passa, exatamente, pela articulação entre as mudanças nas relações de propriedade e nas novas modalidades de gestão das atividades capitalistas, onde a *origem* dos rendimentos deixa de ser um elemento significativo de diferenciação. Isto criou a possibilidade da convivência harmoniosa entre as diversas frações de classe da alta burguesia e os grupos oriundos da aristocracia, por exemplo. Além disto, exatamente por autonomizar a riqueza e esmaecer a diferença entre o capital dito “produtivo” e o “especulativo”, o capital financeiro obscurece a dominação do capital sobre o trabalho desempenha, ainda que de forma indireta, uma função ideológica importante. Mas, como o próprio Hilferding adverte, esta harmonia é precária. Ela depende da expansão do sistema, que não pode ocorrer *sem intensificar a concorrência*, a qual passa a envolver grandes monopólios baseados nacionalmente em disputa por espaço no mercado mundial.

A Interpretação de Hilferding sobre o Imperialismo

Por estar submetido às leis fundamentais do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro, assim como as demais formas de capital, também está sujeito à *concentração* e à *centralização*, que se materializa na formação de grupos gigantescos e poderosos, articulados em torno da crescente união de interesses entre o setor bancário e o industrial. Esta associação tende a dar lugar a formas de associação mais rígidas, tais como cartéis e trustes, que possuem como traço peculiar o objetivo consciente de elevar os lucros por intermédio do *controle monopolista do mercado*. Por este motivo, as empresas associadas aceitam perder parte da sua liberdade de ação individual em favor de uma coordenação unificada, que possibilita um posicionamento privilegiado no mercado. Esta tendência restringe ainda mais o número de competidores mas, devido à magnitude dos capitais envolvidos, ela projeta a concorrência para o mercado mundial, onde as agremiações capitalistas passam a lutar pelo controle das zonas produtoras de matérias primas, mercados de exportação e as regiões onde existem condições favoráveis ao investimento de capitais. Para atingir estes objetivos, o capital financeiro tende a se associar aos aparelhos de Estado mais poderosos, isto é, os Estados capazes de preservar os interesses internacionais e assegurar a expansão em âmbito mundial de suas respectivas burguesias. Esta associação envolve também uma redefinição do papel do protecionismo e do fomento estatal às indústrias nacionais (subsídios): o objetivo não é mais proteger as indústrias nascentes, mas auxiliar as indústrias maduras a obter e a consolidar uma posição monopolista em escala mundial.⁸⁴

Nestes moldes, a acirrada competição internacional acaba por engendrar a *ideologia do imperialismo*: o racismo e a nacionalismo.⁸⁵ Esta ideologia, ao dissimular o conflito entre capitalistas, apresentando-o como um conflito entre nações e raças, favorece o militarismo e, portanto, tende a alimentar ainda mais o clima de rivalidade internacional, gerando uma *tendência à guerra*, e não à paz. A expansão torna-se, nestas condições, inevitável: o Estado que não entrar na luta perderá oportunidades de lucro e, portanto, enfraquecerá perante os demais, podendo, no limite, converter-se em um mero satélite dos países mais poderosos. Assim, para Hilferding, a formação de monopólios, a elevação da competição internacional entre blocos capitalistas nacionais e a absorção de novas regiões são fenômenos que decorrem das leis de desenvolvimento da economia capitalista, assim como o militarismo e a *ameaça* constante de uma guerra entre as burguesias rivais.

Embora a expansão imperialista apareça em seu argumento como uma tendência irresistível, Hilferding jamais afirmou que isto *necessariamente* levaria a uma conflito generalizado, tal como acabou ocorrendo 4 anos depois da publicação de *O Capital Financeiro*. Mas, por outro lado, ele jamais

(84) “Com o desenvolvimento do sistema de subsídios, – escreve Hilferding – as tarifas protecionistas invertem completamente a sua função, convertendo-se em seu oposto. De um meio de defesa contra a conquista externa dos mercados domésticos elas se tornam meios de conquistar os mercados externos, de uma arma de proteção dos fracos elas se tornam uma arma agressiva para os fortes.” *Finance Capital* Routledge: Londres & Nova York, 2007, p. 389.

(85) Paul SWEEZY em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* São Paulo: Abril Cultural, 1983, extraiu e recombina alguns trechos de Hilferding que explicitam este ponto cf. p. 281-3 (apêndice B).

sustentou a possibilidade de preservação *ad infinitum* do status quo mediante a criação de alguma forma perene de “capitalismo organizado”. Do ponto de vista *lógico*, o capital financeiro expressa a possibilidade de um cartel concentrar praticamente todo o capital-dinheiro e, com isto, exercer um controle sobre toda produção social.

Se – escreve Hilferding – formularmos a questão sobre os limites da cartelização, a resposta deve ser que não existem limites absolutos. Pelo contrário, há uma tendência constante à extensão da cartelização. Como vimos, as indústrias independentes foram se tornando dependentes das indústrias cartelizadas até que, finalmente, acabaram sendo anexadas por elas. O resultado final deste processo deverá ser a formação de um cartel geral. Neste caso, toda a produção capitalista seria regulada conscientemente por uma entidade única, que determinaria o volume da produção em todos os ramos da indústria. A determinação dos preços seria um problema puramente nominal, envolvendo apenas a distribuição do produto total entre o cartel de magnatas de um lado e todos os demais membros da sociedade de outro. Os preços deixariam portanto de representar o resultado dos relacionamentos factuais que as pessoas entraram, e converter-se-ia meramente em um instrumento contábil, pelo qual as coisas seriam alocadas entre as pessoas. O dinheiro não teria nenhum papel, de fato, ele poderia desaparecer completamente, desde que a tarefa a ser cumprida envolveria apenas a alocação de coisas, não de valores(...). Ter-se-ia uma sociedade ordenada racionalmente, porém de forma antagonista. Este antagonismo, entretanto, ater-se-ia apenas à distribuição, que por sua vez seria conscientemente regulada e, portanto, poderia dispensar o papel do dinheiro. Nesta forma pura” [perfect form] “o capital financeiro seria então arrancado do solo que nutriu a sua formação. A circulação de dinheiro tornar-se-ia desnecessária (...) e o *perpetuum mobile* da circulação encontraria o descanso final.⁸⁶

Neste caso, assistiríamos à eliminação de duas contradições da *economia* capitalista: a “anarquia da produção” (e as crises cíclicas que ela engendra) e a capacidade do dinheiro se auto-valorizar. Na realidade, não estaríamos mais defronte o capitalismo, mas um novo tipo de sociedade, que funcionaria ao estilo do que alguns marxistas contemporâneos chamam de modos de produção redistributivos.

Apesar de reconhecer que, de forma abstrata e *exclusivamente* no plano econômico, esta possibilidade é plausível, em vários pontos de *O Capital Financeiro*, Hilferding mostrou-se cético quanto à sua concretização. Em primeiro lugar, porque um dos grandes estímulos a monopolização não vem apenas do ímpeto de controlar verticalmente as cadeias produtivas mais imediatas, mas também do choque contra agremiações rivais, situadas no mercado interno e nas nações concorrentes. Nesse sentido, a eventual estabilização e cristalização de uma comunidade de interesses em torno dos cartéis deve ser entendida *como uma trégua provisória*, que tende a ser rompida sempre que ocorrerem transformações significativas nas condições do mercado nacional e internacional.⁸⁷ Uma segunda linha de objeções viria dos efeitos *políticos e sociais* deste tipo de monopolização: a coesão criada em torno das classes proprietárias sob comando das finanças não pode ser estendida ao conjunto dos trabalhadores, cuja

(86) *Finance Capital* cit. p. 234

(87) Cf. *ibid* p. 313-5.

posição, neste caso, tenderia à deterioração, fato que encorajara um combate unificado do proletariado *contra* o capital, sob uma orientação socialista, *completando* o processo de socialização da produção engendrado pelo capital financeiro.⁸⁸

3.4 Nikolai Bukharin

A pedido de Lênin, Nikolai Bukharin escreveu a *Economia Mundial e o Imperialismo* em 1915, com o intuito de sistematizar as idéias marxistas sobre o imperialismo.⁸⁹ Lênin escreveu um prefácio para o livro, que deveria ser publicado na Rússia (Bukharin estava na Suíça), mas isto não ocorreu na data prevista, pois a censura militar vetou a publicação. O manuscrito original foi “redescoberto” após a Revolução de Fevereiro e os bolcheviques tentaram publicá-lo em julho, mas a gráfica do partido foi fechada. O texto foi recuperado após a Revolução de Outubro, sem o prefácio de Lênin, que acabou desaparecendo na confusão. Assim, a primeira edição do livro foi publicada somente em 1918, sem o prefácio de Lênin⁹⁰ e com um breve prólogo do autor (com a data de 25 de Novembro de 1917). A reflexão de Bukharin sobre o imperialismo está diretamente vinculada ao seu esboço das características gerais da economia mundial, cujo desenvolvimento é moldado pelas transformações internas das estruturas das *economias* nacionais. Bukharin define a economia mundial como um *sistema de relações de produção*, às quais correspondem relações de troca em escala mundial.⁹¹ As condições para o estabelecimento da divisão internacional do trabalho são de dois tipos: a) a diversidade do meio ambiente; b) as diferenças de *natureza social*, que derivam dos distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas que caracterizam cada país. Apesar de discriminar estes dois tipos, como seria de se esperar, Bukharin confere muito mais importância às diferenças sociais. Em seu entender, a diferenciação social está ligada à *tendência ao desenvolvimento desigual das forças produtivas* que, ao criar diversos *tipos econômicos*, alarga a divisão internacional do trabalho, fazendo-a repousar em uma *base social*. Essa diferenciação materializa-se na preponderância dos países industriais - que importam produtos

(88) Sobre este aspecto, ver os capítulos 23 (“Finance capital and classes”) e 25 (“The Proletariat and imperialism”). O último parágrafo do livro é digno de nota: “O capital financeiro, em sua maturidade, é a o estágio mais elevado da concentração de poder econômico e político nas mãos da oligarquia capitalista. É o clímax da ditadura dos magnatas do capital. Ao mesmo tempo ele torna a ditadura dos *Lords* capitalistas de um país crescentemente incompatível com o interesse capitalista dos outros países, e o domínio interno do capital crescentemente irreconciliável com os interesses da massa do povo, explorado pelo capital financeiro mas também convocadas para a batalha contra ele. No violento choque destes interesses hostis a ditadura dos magnatas do capital irá finalmente ser transformada na ditadura do proletariado.” p.. 370

(89) cf. V.G. KIERNAN *Marxism...* cit. p. 27-8

(90) Uma versão do prefácio, que foi encontrada em meio aos papéis de Lênin, acabou sendo publicada no *Pravda*, em 21 de Janeiro de 1927. No entanto, neste prefácio, só os dois primeiros parágrafos se referem – elogiosamente – ao livro de Bukharin. Em todo o resto do texto Lênin ataca o “marxismo à prestações”, “oportunistas” e “pequeno-burguês” do renegado Kautsky (com uma breve menção de repúdio também a Plekhanov).

(91) cf. N. BUKHARIN *A Economia Mundial e o Imperialismo* trad. port. São Paulo: Abril Cultural, 1984 p.21-2. Acerca do primado das relações de produção sobre as relações de troca na análise de Bukharin sobre a economia mundial, ver Charles BARONE *Marxist Thought .. op.cit.* p. 35-7

agrícolas e exportam manufaturados - sobre os países agrários, que importam manufaturados e exportam gêneros agrícolas.

A distinção entre a “cidade” e o “campo” – escreve Bukharin - e o movimento alternativo que, antigamente, se efetuava no quadro de um único país, reproduzem-se, agora, num plano consideravelmente mais amplo. Sob esse ângulo de apreciação, países inteiros, notadamente os países industriais, representam a cidade – e as regiões agrícolas, o campo. A divisão internacional do trabalho coincide aqui com a divisão do trabalho entre os dois principais ramos do conjunto da produção social, a indústria e a agricultura, e constitui o que se chama a divisão geral do trabalho. É fácil convencer-se disto quando se examina a relação entre as regiões que produzem os produtos da indústria e as ligadas aos produtos da agricultura.⁹²

No entanto, para Bukharin, este não é o aspecto mais relevante para explicar o desenvolvimento “extraordinário” da economia mundial na passagem do século XIX para o XX.⁹³ Ele vincula isto ao desenvolvimento das forças produtivas, *impulsionado principalmente pela indústria pesada*. O desenvolvimento da indústria pesada traz duas conseqüências: a) elevação da demanda por matérias primas, fator que estimula as importações e incrementa as relações de troca entre os países; b) a sua escala de produção obriga à expansão do mercado. Assim, estes estímulos, em conjunto com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações (cabos submarinos e o telégrafo), possibilitaram a criação de uma economia mundial vasta e fortemente integrada, onde as mínimas transformações em uma zona são imediatamente refletidas nas demais.⁹⁴

Há ainda outro “elemento essencial” ao processo de internacionalização da vida econômica: a exportação de capitais, que assume 5 formas diferentes: a) empréstimos estatais (para suprir os gastos militares e os investimentos em infra-estrutura, decorrentes da urbanização); b) compra de ações entre empresas (participação); c) investimento direto no exterior (financiamento de plantas produtivas, p. ex.); d) empréstimos privados não especificados; e) compra de ações para formação de holdings ou outras associações.⁹⁵ O movimento de capitais entre as diversas nações ajuda a reforçar a rede de interdependência em que a economia mundial repousa. A direção do fluxo é determinada pelas diferenças nas taxas de lucro e de juros entre os países, que, por sua vez, variam em função do desenvolvimento das forças produtivas. Quanto mais desenvolvido for o país, menor será a sua taxa de lucro e maior o volume

(92) N. BUKHARIN *Imperialismo...* cit. p. 20

(93) De acordo com Bukharin, existem duas formas de desenvolvimento dos laços econômicos internacionais (ou, em suas palavras, do desenvolvimento do “sistema das relações de produção através do mundo”): “os laços internacionais podem expandir-se amplamente, englobar regiões que até então ficavam à margem do ciclo da via capitalista – e, nesse caso, temos um desenvolvimento *extensivo* da economia mundial; ou esses laços se desenvolvem em profundidade, multiplicam-se, concentram-se – e temos então um desenvolvimento *intensivo* da economia mundial. Concretamente, o desenvolvimento histórico da economia mundial opera simultaneamente nessas duas direções, *enquanto seu desenvolvimento extensivo se faz principalmente por meio da política de conquistas coloniais das grandes potências.*” *Ibid* p. 27 (grifos meus)

(94) *cf. ibid* p. 29-32

(95) *cf. ibid* p. 37-8

de capital excedente. Estas condições encorajam a exportação de capitais. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos a taxa de lucro é maior e a composição orgânica do capital menor, fatores que geram uma forte demanda por capitais. Assim, em um polo domina a tendência à “expulsão” de capitais e, no outro, a tendência à “atração”. Frente a esta formulação, a impressão imediata é que existe apenas um sentido no fluxo de capitais: dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos. No entanto, as diferenças nas taxas de lucro não ocorrem apenas em função da heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento, mas ocorrem também em função das vantagens monopolistas disponíveis nos demais países do centro. Portanto, além do fluxo para as zonas atrasadas, há também um fluxo transversal, isto é, entre os países desenvolvidos, posto em marcha por capitalistas lutando para obter uma posição monopolista em alguns setores dos mercados dos seus concorrentes que, contudo, não tem força suficiente para fundamentar algo como o ultra imperialismo.

A Rivalidade Internacional e o Imperialismo

Outra característica importante da análise de Bukharin é sua concepção sobre a *forma* de expansão do capitalismo: seguindo Marx, ele destaca a tendência intrínseca ao capitalismo de promover a internacionalização do capital, isto é, a subordinar progressivamente *novas regiões* à sua lógica. No entanto, este movimento é acompanhado por outro: a internacionalização engendra também o processo de *nacionalização do capital*, ou melhor, da preservação de sua *identidade nacional*.⁹⁶ Este fenômeno está diretamente ligado à concentração e à centralização de capitais. A intensificação da concorrência se expressa na redução da competição entre as unidades econômicas menos importantes em prol das unidades maiores, ou melhor, na tendência à combinação de empresas, que formam estruturas crescentemente centralizadas (trustes e cartéis), ligadas aos aparelhos de estado.⁹⁷ É exatamente esta contradição entre forças centrífugas e centrípetas que bloqueia a possibilidade da constituição de uma harmonia universal no capitalismo e que, portanto, alimenta a rivalidade internacional e o imperialismo. Assim, com base no que foi exposto, podemos concluir que, para Bukharin, o imperialismo significa a substituição da luta competitiva pelo mercado no plano interno das economias nacionais pela luta internacional entre grupos de capitalistas associados aos seus respectivos Estados:

quando a concorrência alcança o seu paroxismo – a concorrência entre trustes capitalistas nacionais – a utilização do poder do Estado e das possibilidades que dele decorrem passa a desempenhar papel preponderante. (...) A formação dos trustes capitalistas nacionais faz passar a concorrência, quase inteiramente, ao domínio da concorrência externa. É evidente que, a partir desse momento, os órgãos dessa luta “externa”, e em primeiro lugar o poder governamental, devem reforçar-se ao extremo. (...)

(96) “O processo de internacionalização dos interesses capitalistas, que descrevemos na Parte Primeira do nosso livro (...) impele, seriamente, à formação de um truste capitalista estatal de âmbito internacional. Seja qual for o seu vigor, esse processo é, entretanto, contrariado por *uma tendência mais forte à nacionalização do capital e ao fechamento das fronteiras*. As vantagens que o grupo nacional da burguesia auferem da continuidade da luta alcançam um valor muito mais alto do que as perdas que dela decorrem.” N. BUKHARIN *Imperialismo...* p. 132

(97) *cf. ibid* p. 115-121

Quanto mais tensa a situação na arena mundial – e nossa época caracteriza-se precisamente por uma tensão extrema da concorrência entre grupos capitalistas financeiros nacionais – tanto mais se recorre ao punho de ferro do Estado. Os últimos vestígios da antiga ideologia do *laissez-faire, laissez passer*, desapareceram. Estamos na época do “novo mercantilismo”: o imperialismo.⁹⁸

Portanto, com a formação dos monopólios em escala nacional, a melhor saída para o capital foi a projeção para o exterior, fato que converteu a economia mundial no epicentro da competição entre “corpos econômicos gigantesco”, associados a aparelhos de Estado pautados por políticas imperialistas agressivas.

Considerações Finais

Os aspecto mais relevante das interpretações sobre o imperialismo que aqui qualificamos como “liberais” é o destaque do peso que as forças “pré-capitalistas”⁹⁹ exerceram na expansão territorial que marcou a Era do Imperialismo. É evidente que, como tal procedimento tinha como objetivo *dissociar* o imperialismo do capitalismo, a tendência foi mais no sentido de *exagerar* a influência dos traços “pré-capitalistas” do que em mostrar os processos e as circunstâncias em que estas forças se amalgamaram com os elementos “tipicamente” capitalistas. E, mesmo nos momentos onde este tipo de vínculo é estabelecido, a tendência é reforçar o caráter anômalo da situação, de modo a preservar o axioma básico de que o capitalismo, em sua forma pura (sic.), não geraria nenhuma tendência ao imperialismo. A interpretação de Norman Angell é paradigmática neste sentido. O seu argumento principal é que o expansionismo militar é fruto de uma “ilusão”, isto é, de um descolamento entre os sistemas de crença (arcaicos e irracionais) e as novas condições produzidas no século XVIII. O simples desenvolvimento das instituições liberais cuidaria de erradicar as guerras e o imperialismo.

John Hobson vai na mesma direção, mas de forma diversa. Enquanto Angell associa a *finança* com a Paz e a racionalidade, Hobson afirma categoricamente que o único elemento *consciente* na determinação das políticas imperialistas era a estreiteza do interesse financeiro. Somente o restrito grupo da alta finança seria capaz de direcionar os impulsos irracionais arraigados na população para concretizar uma política econômica e uma diplomacia centrada na exportação de capitais, apta a usar o poder fiscal do Estado e força militar quando necessário. Este argumento na boca de um liberal não deixa de ser irônico: muitos marxistas teriam pudor em estabelecer uma conexão tão direta entre os interesses *conscientes* de uma fração de classe e a definição de políticas de Estado, a ponto de conseguir moldar a

(98) *Ibid* p. 117

(99) Este termo deve sempre ser usado com cautela. Em grande parte do pensamento marxista, quando engloba o período contemporâneo, o termo traz implícita a idéia de que se tratam de reminiscências acessórias do passado, que logo irão desaparecer. Este equívoco deriva de uma forte tendência na obra marxiana, sobretudo em *O Capital*, de pensar o modo de produção capitalista em termos “puros”, isto é, baseado apenas em duas classes, cuja evolução explica-se fundamentalmente por leis econômicas abstratas. Para evitar este tipo de argumento é que insistimos na necessidade de ampliar o conceito de modo de produção e, fundamentalmente, colocar no centro da discussão a História.

economia nacional *e internacional*. Mas o grande problema na sua interpretação é que, ao estilo dos cobdenitas que o precederam, mesmo com seus apelos ao internacionalismo, o problema do imperialismo admite *predominantemente* uma solução *nacional*: a saída mais sensata seria, do ponto de vista do conjunto da *sociedade* britânica, abdicar *progressivamente* do império em prol de reformas sociais.¹⁰⁰ Isto não implicaria o fim do imperialismo – pois outros estados poderiam tomar o lugar dos ingleses, ou mesmo alguns aventureiros privados poderiam se apossar de terras tropicais – mas poderia apontar para o seu fim.

A interpretação de Schumpeter é bastante diferente. Ao situá-la em uma nebulosa fronteira entre a sociologia comparativa, a psicologia “social” – com fortes doses de psicanálise – e a História, o autor ele promove uma mudança radical de terreno: as causas mais fundamentais do imperialismo não se situam no esfera econômica e, ao mesmo tempo, não podem ser reduzidas a um conjunto único ou principal de interesses, como sugere Hobson e, ao seu modo, Norman Angell. O ponto mais curioso é que, exatamente por destacar o caráter atávico e potencialmente incessante do imperialismo – a expansão pela expansão – Schumpeter não abre nenhuma margem para se pensar políticas concretas capazes de mitigar ou resolver o problema. Indiretamente, se tomarmos a sua obra em conjunto, a única “saída” seria a sua profecia de que o capitalismo, *por conta de suas qualidades*, cederia lugar ao socialismo.

O cenário é diferente no caso das interpretações marxistas. O vínculo entre a exportações de capitais e o imperialismo era um dos temas dominantes na passagem do século XIX para o XX. Dentre os marxistas, predominantemente, a relação entre o capitalismo e o imperialismo era vista a partir desta ótica. Em parte, isto se explicava pela necessidade de apontar as diferenças entre o imperialismo e o colonialismo mercantilista e, simultaneamente, ressaltar o caráter crescentemente parasitário do capitalismo avançado. Mas as interpretações aqui sintetizadas foram muito além desta preocupação. Rosa Luxemburg propôs uma visão extremamente inovadora, que combinava o radicalismo político com a necessidade de repensar o conceito de Modo de Produção, afastando-o da forte tendência economicista, que, infelizmente, acabou prevalecendo. Hilferding, escrevendo antes da guerra, deu um passo decisivo ao situar a dinâmica do capital financeiro no centro da explicação sobre o imperialismo. De forma bastante sofisticada ele mostrou como o capital financeiro conseguia aglutinar ao seu entorno um conjunto bastante amplo de forças sociais (“pré” e especificamente capitalistas), cuja solidariedade interna passou a depender da capacidade de disputar o cada vez mais acirrado mercado mundial. Os grandes monopólios, portanto, como vimos, devem ser vistos mais como uma *trégua* provisória do que, propriamente, como uma *solução permanente* para os efeitos disruptivos da centralização de capitais amparada pelos Estados nacionais. Embora exageradamente economicista, a interpretação de Bukharin teve o grande mérito de explicitar uma tensão importante: os Estados tinham de criar as condições para a

(100) Como já foi aqui aludido, Hobson sempre apontou a necessidade de criar um internacionalismo econômico organizado, com base em diversos formatos políticos (federações imperiais, sistema de preferências, etc...). Mas, em todos os casos, a ação teria de vir necessariamente – e principalmente - dos Estados dominantes, mediante um processo centrado no debate público e na promoção orientada do auto-governo nas terras sob domínio europeu.

internacionalização dos capitais e, simultaneamente, tentar garantir a identidade *nacional* dos seus capitais. Foi frente a este conjunto de interpretações que Lênin estabeleceu uma das principais referências para se pensar o problema. A sua interpretação do imperialismo, ainda hoje, é central tanto para balizar as interpretações marxistas quanto para pautar (por oposição) as interpretações liberais.

Referências Bibliográficas

- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília & São Paulo: IOESP, Editora da UNB; IBRI, 2002.
- BARONE, Charles. *Marxist thought on imperialism*. London: Macmillan Press, 1985.
- BACEVICH, Andrew. *The new American militarism*. Oxford: Oxford U. Press, 2005.
- _____. *American empire*. Cambridge & London: Harvard U. Press, 2002.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CHIBBER, Vivek. The return of imperialism to social science. *The European Journal of Sociology*, v. 45, n. 3, 2004.
- DAVIS, Lance E.; HUTTENBACK, Robert A. *Mammon and the pursuit of Empire: the economics of British Imperialism* Cambridge: Cambridge U. Press, 1988.
- ERICKSON, John; MOMMSEN, Hans. Militarism. In: KERNIG, Claus D. (Org.). *Marxism, communism and western society: a comparative encyclopedia*. Herder & Herder, 1973. v. 5.
- FERNANDES, Luis. *URSS ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.
- FIELDHOUSE, D. K. Imperialism: an historiographical revision. *The Economic History Review*, 2nd Ser., XIV, 2, 1961.
- GALBRAITH, John K. The 'turbulent frontier' as a factor in British Expansion. *Comparative Studies in Society and History*, v. II, n. 2, Jan. 1960.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Trad. São Paulo: Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development*. London & New York: Routledge, 2007.
- HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. New York: James Pott & Company, 1902.
- _____. Socialistic imperialism. *International Journal of Ethics*, v. 12, n.1, 1901.
- KOEBNER, Richard; SCHMIDT, Helmut. *Dan imperialism: the story and significance of a political word, 1840-1960*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1964.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Unesp & Perseu Abramo, 2003.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro e Porto: Elfos, 1989.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MAGDOFF, Harry. Militarism and imperialism. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, 1970.
- MANN, Michael. *O império da incoerência*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MELDOLESI, Luca. The debate on imperialism just before Lenin. *Economic and Politic Weekly*, v. 19, n. 42, 1984.
- MOMMSEN, Wolfgang J. *Theories of imperialism*. New York: Random House, 1980.
- COSTA, Fernando N. *Comparando capitalismo financeiro*. Campinas: Unicamp. IE, maio 2009. (Texto para Discussão, n. 160).
- O'CONNOR, James. The meaning of economic imperialism. In: RHODES, R. I. *Imperialism and underdevelopment*. Monthly Review Press, 1970.
- PERELMAN. *The invention of capitalism*. Durham: Duke U. Press, 2000.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estrutura de El Capital de Marx*. México: Siglo Veintiuno, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph. *A capitalism, socialism & democracy*. London & New York: Routledge, 1994.
- _____. *Imperialismo e classes sociais*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SEMMEL, Bernard. *The liberal ideal and the demons of empire*. Baltimore: The Johns Hopkins U. Press, 1993. p. 5-6.
- _____. *Imperialism and social reform*. London: Allen & Unwin, 1960.
- SKJELSBÆK, Kjell. Militarism, its dimensions and corollaries; an attempt at conceptual clarification. *Journal of Peace Research*, v. 16, n. 3, 1979.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WOOD, John C. J.A. Hobson and British imperialism. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 42, n. 4, 1983.
- WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.